MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE HISTÓRIA

Natal/RN

2004

Comissão de elaboração:

Prof. Raimundo Pereira Alencar Arrais (Coordenador)
Profa. Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva (Vice-coordenadora)
Prof. Wicliffe de Andrade Costa
Prof. Almir de Carvalho Bueno

Colegiado do curso de História:

Docentes:

Almir de Carvalho Bueno
Denise Mattos Monteiro
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva
Maria da Conceição Guilherme Coelho
Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz
Maria Inês Sucupira Stamatto (Depto. de Educação)
Roberto Airon Silva
Raimundo Nonato Araújo da Rocha
Raimundo Pereira Alencar Arrais
Wicliffe de Andrade Costa

Discentes:

Aniertony de Figueiredo Silva
Romildo Gomes de Melo

SUMÁRIO

I PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	3
2 HISTÓRICO DO CURSO.....	6
3 JUSTIFICATIVA.....	9
4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO.....	14
5 DIAGNÓSTICO DO CURSO.....	26
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	35
7 PERFIL DO PROFISSIONAL.....	37
7.1 Perfil do Licenciado.....	38
7.2 Perfil do Bacharel.....	40
8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	41
8.1 Competências e Habilidades do Licenciado.....	44
8.2 Competências e Habilidades do Bacharel.....	45
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	46
9.1 Introdução.....	46
9.2 Estrutura Geral do Curso.....	48
9.3 Estrutura Curricular.....	49
9.4 Articulação entre atividades teóricas e atividades práticas.....	52
10 AVALIAÇÃO.....	57
10.1 Do Projeto Político-Pedagógico.....	57
10.2 Do Ensino-Aprendizagem.....	59
11 INFRA-ESTRUTURA DO CURSO.....	66
11.1 Recursos Existentes.....	66
11.2 Outros Recursos Didáticos Necessários.....	71
12 EMENTAS.....	73
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	82
II PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA:	
breve relato e reflexão.....	87
Raimundo Pereira Alencar Arrais	

INTRODUÇÃO

Este Projeto Político-Pedagógico resultou de discussões coletivas travadas no âmbito do departamento e do colegiado do curso de História, da participação de professores em congressos, seminários, em grupos de estudo e reuniões envolvendo a Universidade, em particular com a Pró-Reitoria de Graduação, que assessorou a comissão de elaboração em todas as etapas. Em determinado momento, as perspectivas do projeto foram enriquecidas pelo contato com as instâncias da atividade universitária – o ensino, a pesquisa e a extensão – e o estabelecimento de um contato mais sistemático do curso com outras instituições, fora da Universidade, em busca de possibilidades de abertura de campos de atuação para os graduandos de História.

Foi decisiva, nesse momento, a participação de docentes e discentes em avaliação realizada pelo Programa de Avaliação da Universidade Brasileira (PAIUB) – cujos resultados foram considerados no diagnóstico do curso e no seu redimensionamento. As posições assumidas neste documento se apóiam nas decisões do colegiado do curso e do departamento de História, nos dispositivos legais, como a

Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nos documentos do MEC, como o PARECER CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001. sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de História, e as resoluções CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e CNE/CES 13, de 13 de março de 2002. Acrescente-se a esses, documentos concernentes à política de graduação e extensão da UFRN, e aqueles saídos dos vários foros nacionais dedicados à questão do ensino e da reformulação curricular de História, incluindo aqueles promovidos pelo órgão representativo dos professores de História, a Associação Nacional de História (ANPUH).

Assim, durante o processo de elaboração, guiamo-nos pela concepção segundo a qual “o currículo é entendido como um instrumento orientador da ação educativa em sua totalidade. A sua elaboração, por ser um trabalho partilhado, envolve crenças, princípios, valores, convicções, conhecimentos sobre a comunidade acadêmica, sobre o contexto científico e social e constitui um compromisso político e pedagógico coletivo”.¹

¹RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. Diferentes espaços/tempos da organização curricular; ALMEIDA, Maria Doninha (Org.). *Curriculo*

Sabemos a distância que medeia um currículo como elaboração formal e a complexidade da realidade sobre a qual ele pretende intervir. Por isso, se não for obra resultante da colaboração e do entusiasmo da coletividade, ele corre o risco de ser esquecido no papel. Tratando-se de um projeto que pretende modificar numa certa direção a atual realidade, ele não pode deixar de levar em conta as condições reais existentes, incluindo as limitações, os embaraços e as potencialidades - seja no aspecto material e humano, seja nas condições da instituição e na sua capacidade de fornecer os instrumentos legais para permitir seu desenvolvimento.

A atualidade desse Projeto Político-Pedagógico dependerá do interesse vivo e contínuo por parte dos professores, bem como de sua capacidade de demonstrar uma postura desapegada das fórmulas cômodas, mas aprisionadoras de uma realidade que se modifica em todas as direções, e de uma abertura à concepção de uma nova pedagogia que deve sujeitar-se a uma permanente auto-avaliação, no que concerne aos processos, meios, objetivos e resultados.

Sua realização é um desafio para todos, professores, alunos, administradores e governantes e requer, ao lado desse cuidado com a avaliação continuada, tendo em mira o aperfeiçoamento do processo de formação do profissional de História, permanente zelo pela qualificação do corpo docente, e o provimento, por parte dos órgãos a quem compete gerir a educação superior brasileira, das condições materiais para que o curso desempenhe, com excelência, o papel que lhe compete. Desse modo, seu êxito dependerá de um compromisso coletivo e do envolvimento de todos.

2 HISTÓRICO DO CURSO

No início da década de 1950 o ensino superior em Natal era ministrado em faculdades isoladas, resultado, geralmente, do esforço da associação entre a iniciativa privada e o governo do Estado. Até então não havia uma faculdade para formação de professores. As exigências do Ministério da Educação, no que diz respeito à titulação para o magistério secundário, levaram à criação de cursos sob a responsabilidade da Associação de Professores do Rio

Grande do Norte, o que originou a Faculdade de Educação, criada em 2 de março de 1955. O Decreto Federal n.º 40573 concedeu à Associação de Professores do Rio Grande do Norte a autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes, instalada em 27 de dezembro de 1956. A ela estavam ligados os cursos de Geografia, História, e Letras e Línguas Neo-Latinas.²

O curso de História obteve reconhecimento pelo Decreto Federal n.º 46868, de 16 de setembro de 1959. Tinha por objetivo qualificar professores para o ensino secundário e incluía as disciplinas *História da Antigüidade e da Idade Média*, *História Moderna*, *História Contemporânea*, *História da América* e *História do Brasil*, distribuídas em três anos.³

Em 1963, na administração do governador Monsenhor Walfredo Gurgel, a Faculdade de Filosofia de Natal foi incorporada à Fundação José Augusto, órgão do governo do Estado, sendo, posteriormente, agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² RESUMO histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959-1969), p. 67-76.

³ MEDEIROS, Alberto Pinheiro de. O curso de História na UFRN: trinta anos de existência. *História UFRN*, ano 1, n. 1, p. 17-21, 1987.

Pelo Decreto Presidencial n.º 62380, de 11 de março de 1968, a Faculdade de Filosofia foi federalizada, passando o curso de História por mudanças importantes. O Bacharelado era oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas, e a Licenciatura, pela Faculdade de Educação.

A implantação da Reforma Universitária pelo Governo Federal em 1970 introduziu no currículo de História mudanças como a adoção do sistema de créditos e conceitos, da semestralidade do período letivo e da matrícula por disciplina.

As mudanças na perspectiva do trabalho do historiador, que incluíam a articulação entre o ensino e a pesquisa, resultaram na formação de uma comissão para reformular o currículo de História. Para viabilizar essa articulação, a comissão incluiu a proposta de integrar a Licenciatura e o Bacharelado em História em um único curso, aprovada pela Resolução n.º 286/88-CONSEPE, de 01 de novembro de 1988. O curso de licenciatura e bacharelado em História exigia um total de 2880 horas/aula, integralizando 182 créditos, distribuídos em quatro anos e meio.

Tendo recebido alterações ao longo dos anos, que não chegaram a modificar sua estrutura básica, este é o currículo

atualmente em vigor. Este currículo, exige ser reformulado, na sua concepção, estrutura e organização, na direção dos princípios estabelecidos neste Projeto Político-Pedagógico, para que o ensino de História da UFRN possa acompanhar os novos desafios do mundo que nos cerca, desafios impostos pelas mudanças ocorridas nas últimas duas décadas, em âmbito planetário, e em todos os campos de saber, na cultura, nas relações mundiais e na reorganização do trabalho, refletindo em novos paradigmas do conhecimento, em novas formulações teóricas, materializadas nas pesquisas históricas e nas reflexões acerca do seu ensino.

3 JUSTIFICATIVA

O atual currículo do curso de História da UFRN entrou em execução no ano de 1988, há cerca de uma década e meia, portanto. O contexto a que o currículo tinha de responder difere consideravelmente daquele que hoje se delineia. Para nos limitarmos às diferenças significativas, que afetam mais diretamente o trabalho diário dos docentes, poderíamos lembrar um dado: àquela época o departamento

de História, se por um lado se encontrava em situação confortável no que dizia respeito ao número de docentes, por outro, deixava de beneficiar-se desse fato, uma vez que esse corpo docente se distinguia pela baixa titulação.

Este projeto político-pedagógico foi concebido na tentativa de dar respostas a necessidades prementes de nosso tempo, levando em conta as condições reais, as especificidades do curso de História no meio em que se insere, norteando-se pelo lugar que a universidade pública brasileira tem procurado ocupar na sociedade, e, finalmente, pelas características do campo teórico-metodológico em que se situa hoje a disciplina História, nas dimensões da pesquisa e do ensino.

Mais do que uma exigência institucional, ele responde a uma necessidade de reorientação reclamada pelo próprio curso de História, nos últimos anos – manifestada em reuniões de colegiado, comentários em torno dos problemas verificados na nossa prática pedagógica diária, posicionamentos dos alunos, e em solicitações que a comunidade exterior tem dirigido à universidade. O Projeto expressa a síntese de visões de mundo, posicionamentos teóricos, concepções da disciplina e de processo de ensino-aprendizagem, que se confrontaram nas discussões coletivas.

O currículo atualmente em vigor reúne as duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado, num curso com carga horária de 2820 horas, em regime de créditos, devendo o aluno integralizar 178 créditos, em tempo médio de cinco anos. O curso é oferecido em dois turnos, sendo um matutino e outro noturno, ofertando 50 vagas para entrada no exame Vestibular, totalizando, assim, uma entrada de 100 alunos por ano, o que resulta, atualmente, no total de 487 alunos matriculados.⁴

No desenvolvimento final do curso o bacharelado/licenciando cumpre duas exigências básicas relativas às duas modalidades: depois de cursar as disciplinas de uma “grade” comum, para atender às exigências da disciplina *Pesquisa Histórica II*, ele deve elaborar uma monografia, sob orientação de um professor, que será examinada por uma banca composta de três professores; e, ainda, realizar o seu estágio obrigatório supervisionado fora da Universidade, como cumprimento da exigência da disciplina *Prática do Ensino de História*.

⁴ Dados extraídos da página do site <<http://www.pontoa.ufrn.br/buscadetalhadaaluno>>. Este total se refere aos alunos matriculados no segundo semestre de 2002.

Um dos inconvenientes desse modelo é o acúmulo de responsabilidades sobre o aluno no final do curso. Só no último semestre (ou, às vezes, nos dois últimos semestres) será exigida dele a aplicação dos conhecimentos supostamente assimilados ao longo de quatro anos ou mais de aprendizagem. Esse procedimento está assentado sobre um erro de concepção, que divide o conhecimento em dois momentos separados (a teoria acumulada e a prática). E, ainda, gera uma situação de tensão e pouca produtividade, uma vez que apenas no final do curso o aluno é instado a colocar à prova a aprendizagem de um conhecimento em que não foi exercitado anteriormente, sem, na grande maioria dos casos, ter previamente se envolvido em nenhuma experiência de pesquisa, nem ter vivenciado qualquer contato com o ensino fora de sala de aula.

Ao lado disso, o currículo está todo encadeado nos elos dos pré-requisitos nas quatro linhas de disciplinas obrigatórias: História Geral (História Antiga I, História Antiga II, História Medieval I, História Medieval II, História Moderna, História Contemporânea I e História Contemporânea II), História do Brasil (História do Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III e História do

Brasil IV); disciplinas técnicas do Bacharelado (Pesquisa histórica I e Pesquisa Histórica II).

Esse modelo de encadeamento de conteúdos se funda na convicção da existência de um eixo que daria uma unidade e uma “lógica” ao “processo histórico”, o qual consistiria justamente na obediência a uma rigorosa seqüência temporal, marcada pela sucessão de causas e conseqüências lineares - um momento explicando o seguinte e sendo explicado pelo que o precedeu. Essa concepção deixa ao largo as conquistas metodológicas vividas pela disciplina, no conjunto das ciências humanas, nos últimos anos, entre elas a que levou ao abandono de uma insustentável concepção de tempo linear.

A decorrência desse postulado na prática docente dos professores de história é a transmissão de conteúdos prontos, que o professor apenas retira dos livros para transferir aos alunos.

4 PRINCÍPIOS NORTEADORES E METODOLÓGICOS DO CURSO

O ensino de História não pode se definir, como em tempos passados, pela transmissão de um saber retórico, adorno da cultura bacharelesca. Da mesma forma como este Projeto Político-Pedagógico recusa tais modelos - diga-se de passagem já rejeitados no currículo em vigor - ele recusa, igualmente, o modelo tecnocrático, em emergência, que visa, acima de tudo, à formação de mão-de-obra para atender a demandas exclusivamente do mercado.⁵ Afinal, na avaliação do papel da universidade frente ao conhecimento social, devemos nos lembrar que “por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública poder cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação de reflexão que foge aos moldes do

⁵ Sobre esses modelos, ver RAMA, Germán W. Estilos educacionais. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Desenvolvimento e educação na América Latina*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987. p. 46-83.

compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo”.⁶

Na formação dos seus profissionais, o curso de História refletirá a posição que a universidade pública deve ocupar no mundo hoje, um lugar que repele, por um lado, a formação retórica, pouco crítica, e, por outro, o tecnocratismo servil aos imperativos de um mercado que, pelo menos em alguns campos do conhecimento, se revela ávido por introduzir sua lógica nos currículos e do ensino universitário.

Um pensamento universitário, crítico, criador, transformador, deve se voltar para a indagação a respeito de como as culturas locais podem definir o seu posicionamento no mundo contemporâneo, uma indagação que diz respeito, sensivelmente, ao historiador e à matéria com que lida, ou seja, o indivíduo e a sociedade.

No âmbito da universidade brasileira, o tema foi tratado em 1999, durante o Forum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, que externou a convicção na necessária “incorporação do conhecimento e da prática tecno-científica no espectro de valores humanísticos, de modo que a

⁶ SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, v.15, n.42, p. 299, 2001.

dinâmica e realização se desloque em um eixo em que ciência e técnica se apresentem apenas como meio ou dispositivo mas, principalmente, como um modo específico de inserção na realidade, como uma das formas do homem agir e interagir no mundo”.⁷

Cabe aqui refletir sobre as formas de inserção cultural dos indivíduos na sociedade e de sua realização através do trabalho como conhecimento e transformação. Num mundo em que as individualidades têm de conviver sob a pressão da fragmentação promovida ou acelerada pelo domínio das tecnologias que percorrem nossa vida em todos os planos, um mundo caracterizado por um pensador como “economicamente globalizado e culturalmente fragmentado”⁸, erguido sobre aquele “vazio social e político”, marcado pela ausência das mediações sociais, impõe-se a conclusão de que “as culturas com sua diversidade apenas podem ser reconstruídas pelo esforço de

⁷ DO PESSIMISMO da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras. In: FORUM DOS PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Comissão de Redação. Curitiba, out. 1999, Disponível em: <<http://www.unicamp.br/projeto-pedagogico.html>>.

⁸ TOURAINE, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 65.

cada indivíduo ou grupo para reencontrar sua autonomia, sua capacidade de associar valores e práticas, sua participação no mundo das técnicas e dos mercados e pela manutenção de sua identidade e de sua memória culturais”.⁹

É nesse cruzamento que podemos localizar o ponto da atuação do historiador. O conhecimento histórico, nos últimos anos, teve transformadas suas bases teórica e metodológica, o que acompanhou e ao mesmo tempo se refletiu nas concepções e práticas pedagógicas. Desse modo, as lutas dos historiadores enquanto seres políticos e o compromisso de compreender e dar respostas satisfatórias às perguntas do tempo e da sociedade em que vivemos.

Nesse ponto é necessário colocar em questão as concepções tradicionais de ciência e de ensino, bem como as práticas pedagógicas exercidas dentro da universidade, abandonando o postulado da existência de duas etapas rigorosamente separadas: a produção e a sua transmissão. Devemos buscar reatar a unidade, separada pela visão e pela prática elitista, que fragmenta o conhecimento nas instâncias do fazer e do ensinar, e reafirmar o compromisso social a que esse conhecimento deve se ligar. Note-se que essa concepção

⁹ Ibid., p. 64.

que advoga a separação entre os produtores de conhecimento e os que transmitem esse conhecimento não deixa de estar ligada ao aforismo bastante difundido, preconceituoso e danoso à educação brasileira, segundo o qual “quem sabe faz, quem não sabe ensina”.

Uma das estratégias de execução desse princípio está naquilo que tem sido designado como “flexibilização curricular”, garantindo situações que propiciem formação adequada ao aluno, visando a uma atuação profissional num mercado de trabalho, facultando-lhe, durante o curso, e não apenas no final, a oportunidades dos estágios junto a comunidades, escolas, empresas, mediante o devido acompanhamento e com aproveitamento de créditos em seu currículo. Nesse ponto, a Extensão revela o papel importante que pode desempenhar. Mais do que estágios episódicos, a Extensão, compreendida como aquele instrumento que se tem designado de Atividade Curricular em Comunidade (ACC), adotada pela UFRN, é definida como um componente curricular que

constitui um processo educativo, cultural e científico, em que estudantes/professores [...], em parceria com

grupos comunitários, desenvolverão experiências de extensão, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e sobre alternativas de transformação. Nesse sentido, caracteriza-se como uma atividade pedagógica de articulação ensino/pesquisa e sociedade e de formação da cidadania profissional dos estudantes”.¹⁰

Essa abertura tem em mira também estabelecer e fortalecer o seu compromisso com o envolvimento do aluno com a sociedade. Articulando o Ensino e a Pesquisa dentro da Extensão, a universidade projeta-se até a comunidade, gerando um saber enriquecido com a experiência extra-acadêmica: um saber que é difundido junto a grupos específicos, e que enriquece a reflexão teórica em contato com outras formas de conhecimento e o pensamento de outros sujeitos. Fortalece-se, desse modo, aquilo que a ação da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN define como uma luta “pelo estabelecimento de uma forma de conhecimento que privilegie o diálogo entre os diferentes saberes, oriundos das

¹⁰ PROPOSTA de criação de Atividade Curricular em Comunidade (ACC). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2002, p. 2.

ciências, das artes, das humanidades e do conhecimento da tradição”.¹¹

Trata-se de um saber que, espera-se, modifique a prática do aluno no sentido de colocá-lo em contato com a realidade na qual poderá atuar depois de formado, um saber construído de modo coletivo, pela absorção de experiências locais de comunidades, cotejando o saber acadêmico com o saber da tradição, tudo isso articulado à reflexão criadora que integra a tarefa do historiador à do professor.

Essa concepção se coaduna perfeitamente com a face crítica do trabalho do historiador, seja no exercício da pesquisa ou do ensino. Sendo sua matéria a sociedade humana, a disciplina história deve mostrar-se especialmente sensível para apreender os movimentos sociais. Essa sensibilidade tem se refletido nas respostas positivas que a disciplina, muito particularmente no âmbito acadêmico, tem oferecido ao dilatar seu campo de atividades através do diálogo criativo com outras disciplinas. Por meio desse contato, hoje os historiadores se encontram mais equipados para indagar a respeito das questões epistemológicas que envolvem o fazer histórico, consumando-se a destruição de

¹¹ GERMANO, José Willington. Apresentação. In: *A EXTENSÃO na UFRN*. Natal: UFRN/ProEX, 2002. p. 5.

toda ilusão positivista de que o esforço teórico do historiador residia na verificação da autenticidade das fontes históricas.¹²

O historiador hoje precisa estar familiarizado com metodologias que lhe permitam pensar a respeito da memória dos grupos sociais e lidar com diferentes linguagens pelas quais falam outros sujeitos.

As novas perspectivas no campo documental e metodológico que se abriram para a História nas últimas décadas foram acompanhadas pela tomada de consciência, por parte dos historiadores, dos processos nos quais seu ofício está envolvido, incluindo as lutas sociais e a reivindicação de direitos sociais, de grupos, de indivíduos, de etnias, emergência da força das identidades coletivas como elemento de sustentação dos grupos humanos.¹³

¹² Sobre as novas abordagens da História, ver, por exemplo, LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. Sobre a objetividade do historiador, ver VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

¹³ Para uma visão panorâmica das transformações das duas últimas décadas, na historiografia internacional, ver PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Na historiografia brasileira, ver MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Essas novas perspectivas dizem respeito ao compromisso social do historiador, uma vez que, numa sociedade desigual, o historiador eleva, ao incorporar certos indivíduos, grupos ou classes a sujeitos da história, sagra-os como portadores de um saber, admitindo a validade de sua visão de mundo no conjunto dos grupos sociais. Do mesmo modo, ele pode adotar uma versão única da História, transmitindo-a a seus alunos, às vezes inadvertidamente, reproduzindo assim o discurso de um grupo social específico, em geral aquele ligado às estruturas de poder dominante.¹⁴

Por isso, cumpre ao curso de História possibilitar ao graduando familiarizar-se minimamente com os debates acerca do conhecimento histórico, da construção do fato, dos mecanismos seletivos e classificatórios que intervêm na escolha das fontes, e sua repercussão social, na medida em que o historiador opera uma seleção de quem são os grupos dignos de figurar como personagens da história, de terem,

¹⁴ Sobre o assunto, dentro da vasta bibliografia, ver, por exemplo, FERRO, Marc. *Como se cuenta la Historia a los niños em el mundo entero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990; SILVA, Marcos A da. (Org.) *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

assim, sua memória sublinhada ou confrontada com outras memórias.¹⁵

A necessidade que historiadores sentem, na pesquisa e no ensino, de ampliar os suportes de experiência social, se satisfaz, em grande medida, incorporando a seu plano de estudos objetos novos como o patrimônio (incluindo aí o patrimônio histórico, urbano, documental etc.), em suas articulações com a comunidade, museus, arquivos, escolas, universidade, todos eles campos de experiências situados no cruzamento da pesquisa, do ensino e da socialização do conhecimento.¹⁶ É essa ampliação que permite, inclusive, articular a História ao campo da memória, pois

Além de possibilitar uma relação com diferentes suportes das experiências sociais que não os reduz à condição de matérias-primas, uma vez que os encara no processo de definições de identidades e produções de memórias, aquela articulação contribui para o

¹⁵ Na rica bibliografia sobre o tratamento da questão da memória no domínio da História Social, podemos mencionar BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. 3: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo; BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

¹⁶ Ver BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

debate sobre a própria noção de fonte histórica de forma ilimitada: ao pensar na constituição de lugares, símbolos e formas de memória, o historiador/professor/aluno abandonará o ilusório conforto da documentação escrita, muito mais restrita ao universo social dominante[...]¹⁷

Diversamente, o conhecimento deve ser entendido como uma construção, uma elaboração intelectual, o resultado de um fazer histórico, uma “operação histórica” que parte de um lugar de onde anuncia o historiador o seu discurso.¹⁸

O conhecimento histórico não deve ser concebido como uma operação de coleta e organização de fatos objetivos, por um historiador que pretende toda objetividade na relação com seu objeto de conhecimento, mas como construções cuja operação é preciso levar o aluno a desvendar, como parte de estimular uma postura ativa diante da pesquisa, da construção do conhecimento e das discussões

¹⁷ SILVA, Marcos A da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 71-72.

¹⁸ Sobre o assunto, ver, por exemplo CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. cap. 2: A operação historiográfica.

referentes a sua transmissão.¹⁹ Superar essa tendência carregada de ressonância positivista no ensino universitário de história requer, nas palavras de uma autora, “a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico”.²⁰

Nessa perspectiva, postulamos a adoção, na prática pedagógica dos professores, em vez de uma história factual, ordenada num encadeamento linear, uma história-problema, uma concepção de história que parta não do desfilar cronológico dos eventos na cadeia das causas-e-conseqüências, mas de problematizações, articuladas e mediadas por conceitos, confrontados no desafio das fontes históricas, sendo estas compreendidas, por sua vez, como elaborações historicamente situadas.²¹

Adotar essa concepção de história significa introduzir o aluno na reflexão metodológica sobre o ofício do historiador, instruí-los no contato com as fontes, dissolver posturas pré-estabelecidas, suspeita dos modelos universais e

¹⁹ Ver, por exemplo, VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história.*

²⁰ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.* 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 59.

²¹ Sobre isso, ver, por exemplo, BURKE, Peter. *História e teoria social.* São Paulo: Ed. Da UNESP, 2002.

das verdades fixas. Significa adotar uma compreensão da sociedade humana em sua complexidade, seu movimento, suas tensões, continuidades e rupturas e na sua capacidade de desafiar conceitos demasiadamente rígidos.

5 DIAGNÓSTICO DO CURSO

A avaliação das condições objetivas - materiais e humanas – da UFRN é um passo importante para que visualizemos o horizonte das limitações, das possibilidades e das perspectivas ao pretendermos pôr em execução um novo Projeto Político-Pedagógico para oferta da graduação neste início de século. A esse respeito, cumpre assinalar que se reflete em nossa universidade a situação vivida pela universidade pública brasileira nos últimos anos, destacando-se, em especial, no plano das perdas, a sangria dos recursos humanos e materiais. Nesse contexto, o Departamento de História, que oferece cerca de setenta por cento das disciplinas do curso de História, vê hoje o seu corpo docente reduzido progressivamente em virtude de aposentadorias que representam baixas nem de longe supridas pelas minguadas

vagas em concursos públicos e pelo expediente de contratação de professores em regime temporário.

Por outro lado, como fato positivo a considerar, está a coleta dos primeiros frutos de uma política de qualificação docente, ainda em curso, posta em execução, com muito esforço, nos últimos anos, o que contribuiu para incrementar entre nós o interesse pela pesquisa, resultando num aumento quantitativo e qualitativo da produção acadêmica, embora, registre-se, tudo isso tenha efeito reduzido em virtude do inevitável acúmulo de funções de ensino, na graduação e na pós-graduação, pesquisa e administração, devido à escassez do corpo docente.

Essas dificuldades não poderiam deixar de refletir-se no curso de graduação, sob o ponto de vista da qualidade do ensino e das limitações na oferta de disciplinas, em particular aquelas de natureza complementar (optativa).

No que diz respeito ao atual currículo, alguns problemas se evidenciaram nos últimos anos. Seus conteúdos não servem satisfatoriamente à pesquisa histórica, nem à prática pedagógica, pois, por um lado, oferecem pouco suporte teórico, técnico, e não propiciam ao graduando a possibilidade de confrontar, de modo paulatino, a experiência cumulativa, nos ambientes fora da universidade. De fato,

poderíamos notar no currículo atualmente em vigor a ausência de disciplinas fundamentais para a formação de um pesquisador, como certos conhecimentos especializados como Arquivística Histórica, História Oral e Patrimônio, acrescentados à estrutura curricular aqui proposta.

Ao examinarmos o atual currículo do Curso de História, chegaremos facilmente à conclusão de que ele não propicia a absorção por parte do aluno, de experiências de fora da Universidade, privando-o, portanto, dessas oportunidades de envolvimento com a comunidade e, ao mesmo tempo, empobrecendo sua vivência profissional. Do mesmo modo, esse currículo não atende as necessidades da sociedade contemporânea, nem às aspirações que os graduandos têm externado, cada vez mais ansiosos por melhorar suas perspectivas profissionais.

Sua estruturação merece um exame. A concepção linear de processo histórico projetou sua influência na estrutura curricular de 1988. Sua marca mais visível está na prisão que o sistema de pré-requisitos representou sobre as disciplinas obrigatórias desenvolvidas em sala de aula. Como se viu, o que não apenas carece de fundamentação suficiente para dar conta dos desafios que o pesquisador e o professor de História têm de enfrentar no seu ofício, como contribui, na

medida em que justifica o encadeamento dos conhecimentos na linha dos pré-requisitos do programa, para provocar o alongamento dos anos de permanência do aluno na universidade: basta que o aluno sofra uma reprovação numa disciplina pré-requisito, ou “tranque” essa disciplina, para que fique retido por pelo menos dois semestres letivos na universidade. A essa contingência temos de imputar, sem dúvida, parte da responsabilidade pelo fato de muitos alunos dilatarem para 11, doze ou mais, semestres, um curso que tem como tempo médio 9 semestres. De fato, o aluno do curso de história tem permanecido, em média, 6 anos na graduação. Essa é outra razão pela qual o atual sistema deve ser modificado.

Não é difícil constatar que, em vigor há mais de uma década, o atual currículo não logrou pôr em prática o proclamado ideal de integração entre ensino e pesquisa. Muitas dificuldades poderiam ser invocadas para o seu insucesso: o preparo intelectual cada vez mais baixo dos alunos que ingressam no ensino superior, dificuldades de toda natureza vividas pela instituição nos últimos anos, o que reflete fortemente na formação dos alunos, etc. Mas, sem nenhuma dúvida, uma parte dessa dificuldade se deve à própria estrutura curricular.

A alta soma de carga horária que o currículo de 1988 impôs, centrada em sua quase totalidade no ensino em sala de aula, exige a absorção de uma alta soma de conteúdos para atender às duas habilitações simultaneamente, na sua maioria de disciplinas de natureza obrigatória. Isso, por outro lado, implica em diminuir as possibilidades do aluno dedicar-se às experiências de pesquisa e ensino fora da sala de aula, restringindo essas experiências à monografia e ao estágio supervisionado ao final do curso.

Os conteúdos específicos reduzem-se a um eixo mínimo. Na licenciatura eles estão distribuídos nas disciplinas Psicologia I (04 créditos, 60 horas/aula), Introdução à Educação (04 créditos, 60 horas-aula), Psicologia da Educação III (04 créditos, 60 horas-aula), Didática II (04 créditos, 60 horas-aula) e Prática do Ensino de História (03 créditos, 135 horas-aula).

Para o bacharelado, por sua vez, em termos de disciplinas de formação específica, com caráter de pesquisa, exige-se apenas a Pesquisa Histórica I (onde ocorre a elaboração do projeto de pesquisa) e Pesquisa Histórica II (onde se dá a elaboração da monografia de final de curso). Isso indica um baixo investimento nas disciplinas de caráter profissionalizante. Das demais disciplinas voltadas para a

formação específica do pesquisador, só três, de natureza complementar (optativa), estão voltadas para a formação do pesquisador (Arqueologia, Paleografia e Museologia).

Um dos reflexos disso está nas monografias de final de curso: a maioria das monografias de final de curso não fez uso, até pouco tempo, de fontes de pesquisa a não ser a bibliográfica. Essa diversificação só passou a acontecer com a modificação introduzida em 1998, a qual consistiu na adoção do regime de monografia sob orientação de um professor e examinada por uma banca constituída de três professores.²² Isso se dá, em parte, pelo fato de que a ausência de disciplinas profissionalizantes desapareilha o aluno para a pesquisa de campo, dando a medida do baixo nível de preparo profissional conferido ao bacharel em história. O conhecimento e o uso de fontes de pesquisa que não se restrinjam a uma bibliografia de livros de História é fundamental para o contato do profissional com um universo em todas as possibilidades de pesquisa que se abrem para o historiador, notadamente a pesquisa em fontes como jornais, relatórios de governo, atas de governos, séries estatísticas, depoimentos orais.

²² Levantamento realizado no 2º semestre de 2001 pela Coordenação do curso de História em 2001.

Complementando esse quadro de escassez de condições de profissionalização, seja como pesquisador, seja como professor, é irrelevante o número de alunos que tem realizado estágios em instituições, sejam escolas, museus, arquivos e bibliotecas, embora isso venha acontecendo, nos últimos semestres, de forma mais intensa, sem que a Coordenação e nem mesmo a administração da Universidade tome conhecimento, portanto sem acompanhamento do Colegiado e sem possibilidade de aproveitamento como crédito cursado. Desses estágios, poucos acontecem em escolas, não obstante o quadro de carência da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte, no ensino fundamental e médio.

Esses indicadores são suficientes para nos conduzir à conclusão patente: nem a Licenciatura nem o Bacharelado têm oferecido condições para uma formação teórica que se articule com a prática; tampouco têm introduzido o aluno no conhecimento do meio social onde deverá exercer suas atividades profissionais.

Por outro lado, é preciso reconhecer a situação sócio-profissional dos alunos que atualmente ingressam no curso de História. O turno noturno concentra, tradicionalmente, alunos que trabalham a jornada manhã-tarde, aos quais não

resta outro período para freqüentar as aulas senão a noite. Tanto é assim que, à medida que conseguem emprego, alunos do turno matutino tendem a migrar para o turno noturno.²³

Para esses não há tempo para qualquer atividade fora do horário de aula, o que inviabiliza os estágios em período extra-classe, ou seja, de manhã e de tarde. Daí decorre que, pelas dificuldades de estágio no período diurno, os alunos do curso noturno sofrem grandes limitações no que toca à sua formação de pesquisadores, pela dificuldade de contato com fontes de documentação fora do estreito círculo da biblioteca central da UFRN e biblioteca setorial do curso de História (o N.E.H.), uma vez que as demais instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Arquivo Público Estadual, sob cuja guarda se encontra a grande parte do material de pesquisa, limitam seu horário de funcionamento aos turnos matutino e vespertino.

Quanto à Licenciatura, a situação apresenta ao menos a vantagem, se comparada com o Bacharelado, de que esses alunos do período noturno podem realizar seu estágio supervisionado de final de curso nas escolas no próprio horário da disciplina Prática do Ensino de História.

²³ Esses dados foram extraídos de pesquisa realizada pela Coordenação do curso de História em novembro de 2002.

Na atual situação do Departamento de História, o diagnóstico não poderia deixar de mencionar uma das principais perspectivas para médio prazo, na medida em que o Departamento investe nela parte de suas energias: implantar uma pós-graduação em nível de mestrado em História, atendendo a uma demanda grande, de profissionais da rede pública e privada, desejosos de aperfeiçoar seus estudos, seja na pesquisa, seja no ensino. A inexistência de um curso de pós-graduação em História na UFRN força os egressos do curso de História a afastar-se de seu interesse original, concentrado nas problemáticas concernentes à pesquisa e a docência em História, para submeter-se a seleção de mestrado em outras áreas, ou a deslocar-se até Estados vizinhos.

É verdade que cursos de pós-graduação *lato sensu* já vêm sendo oferecido, de modo não-sistemático, pelo Departamento de História. Contudo, a médio prazo o objetivo é implantar um mestrado em História. Para tanto, contamos hoje com alguns suportes que deverão convergir para reforço desse projeto. Por isso, devemos prosseguir na qualificação do corpo docente, dirigir esforços para a consolidação de uma base de pesquisa em formação, prosseguimento na publicação de uma revista de circulação

regional e na manutenção de uma biblioteca especializada em historiografia do Rio Grande do Norte.

É visível no curso uma crescente motivação dos alunos pela pesquisa e pelo ensino. Isso se deve não apenas a iniciativas pedagógicas estimulantes, como também das oportunidades de participação dos discentes em grupos de estudo, em projetos de pesquisa de professores do Departamento de História ou de outros departamentos, com bolsas de iniciação à pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa/CNPq, em projetos vinculados ou não à base de pesquisa existente atualmente no Departamento, intitulada *História e Historiografia Regional*, integrada por cinco projetos, ou na iniciação à docência, como monitores.

6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Propiciar ao aluno, no âmbito do ensino como da pesquisa, os fundamentos teóricos e metodológicos da História, formando-o numa compreensão do conhecimento

com ênfase na investigação e no compromisso com a sociedade.

6.2 Objetivos Específicos

6.2.1 Da Licenciatura

A formação do professor, que fundamente seu desempenho pedagógico no conhecimento e na investigação voltados para a formação de cidadãos críticos.

6.2.2 Do Bacharelado

A formação do historiador, pesquisador, ressaltando a sua participação na produção e disseminação do saber histórico.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL

O profissional formado no curso de História da UFRN deverá aliar ao domínio técnico (que inclui o conhecimento teórico, metodológico necessário à produção do conhecimento e a sua transmissão) a percepção de que ao pesquisar e ensinar História ele deve considerar os laços que associam o passado e o presente, não no sentido de uma continuidade linear, mas no sentido de que o passado é permanentemente apropriado, reescrito, esquecido ou enfatizado em função das lutas sociais travadas no presente. Daí o interesse que esse profissional deve demonstrar a respeito das formas de escrita e transmissão de imagens do passado. É esse interesse que caracteriza, antes de tudo, o posicionamento crítico que esse historiador deve manter, seja na pesquisa, seja no ensino.

Tanto na pesquisa como no ensino, esse profissional deve ter em mira a percepção da dinâmica do mundo contemporâneo, das diversidades, das tensões sociais, das mudanças e permanências na sociedade, fazendo da História uma disciplina que se liga diretamente à reflexão sobre as identidades sociais, ao reconhecimento das contradições e

das tensões sociais, difundindo esse conhecimento através tanto da escola como do ensino informal. Esse profissional deve ter uma visão crítica, criativa e flexível do fenômeno social e do indivíduo como ser histórico. O profissional de História, em qualquer atividade a que se dedique, deve possuir uma compreensão de totalidade do mundo em que estão inseridos os indivíduos - seja a personagem histórica, seja o aluno - situando-os como seres mergulhados na complexidade dos seus vínculos sociais, geográficos, políticos, psicológicos, artísticos e culturais.

7.1 Perfil do Licenciado

O Licenciado em História formado pela UFRN deverá:

.Conceber a História de modo crítico e criativo, a partir de relações sociais dinâmicas, ligadas ao mundo com o qual o indivíduo interage, na sua dimensão do passado como do presente.

.Perceber os indivíduos na sua diversidade, de classes, de etnias, de culturas, estimulando o aluno a compreender de modo crítico as relações sociais.

.Estimular o aluno a situar-se como agente histórico e como ser integrado a uma comunidade humana, auxiliando-o a reconhecer e estreitar seus vínculos com a comunidade em que está inserido.

.Estimular a atividade da pesquisa na escola, nas suas diversas possibilidades, incluindo aí o trabalho na intersecção com outras disciplinas.

.Adotar posição permanentemente indagadora e aberta à experiência a respeito de seus métodos de avaliação de aprendizagem e de ensino.

.Mostrar-se capaz de incluir como apoio no processo de ensino-aprendizagem o uso de tecnologias como a internet, o cinema e o vídeo.

.Manter-se inteirado a respeito dos rumos que a disciplina toma atualmente, no plano teórico e da pesquisa efetiva, quanto às novas problemáticas, métodos e abordagens.

.Demonstrar postura ética na profissão, a que deve somar-se, como educador, o compromisso com a formação

do aluno, na sua totalidade indissociável de ser intelectual e ser humano.

7.2 Perfil do Bacharel

O bacharel em História formado pela UFRN deverá:

.Conceber a História de modo crítico e criativo, a partir de relações sociais dinâmicas, ligadas ao mundo com o qual o indivíduo interage, na sua dimensão do passado como do presente.

.Atuar na produção de conhecimento histórico, empregando abordagens teóricas e procedimentos metodológicos adequados, procedendo à crítica das fontes.

.Atuar, em colaboração interdisciplinar com outras disciplinas, no intuito de apreender a complexidade da expressão da sociedade humana.

.Reconhecer as diversidades, as mudanças e as permanências como parte constituinte das sociedades humanas.

.Atuar na formação e organização de arquivos e museus, no âmbito da conservação de documentos,

associando esse trabalho à reflexão a respeito da sua condição de suporte da memória da sociedade.

.Produzir conhecimento de natureza histórica fazendo uso de várias linguagens do mundo contemporâneo, como a internet, o vídeo, o cinema.

.Acompanhar as reflexões que são travadas nos diversos campos temáticos da História, as quais reorientam, permanentemente, a direção das pesquisas.

.Aproximar seu trabalho de reconstituição dos processos históricos das organizações sociais e movimentos reivindicatórios que se inspiram em atitudes de cooperação e solidariedade.

.Pautar-se pela ética em todos os âmbitos do exercício de sua profissão, seja no que diz respeito à honestidade no processo de reconstituição histórica, seja dos direitos de propriedade intelectual.

8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na formação do historiador, seja ele licenciado ou bacharel, deverá predominar a formação sobre a informação,

os instrumentos sobre o factual. Numa palavra, as habilidades e competências sobre o conteúdo. Na verdade, o que se postula neste Projeto Político-Pedagógico é a “competência questionadora reconstrutiva”.²⁴ A noção de competência adotada aqui é aquela formulada por Perrenoud: “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.²⁵ Em outras palavras, a competência,

enquanto capacidade complexa manifestada na prática, representa uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento que permite analisar, avaliar e compreender o contexto no qual o indivíduo age. Permite decidir, utilizar, modificar e mobilizar os recursos disponíveis para resolver, com sucesso, determinados problemas reais da prática profissional. Faz-se necessário, nesse caso, considerar que o agir do indivíduo numa esfera dada de sua atividade, sem apenas fazer uso de meras respostas automáticas ou de rotina.²⁶

²⁴ DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 55.

²⁵ PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 7.

²⁶ NUNES, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de (Org.). *O sentido das competências no projeto político-pedagógico*. Natal: UFRN/Pró-Reitoria de Graduação, 2002. p. 19. (Coleção Pedagógica, n. 3).

Em qualquer esfera em que atue, o profissional de História deve observar o princípio de que a realidade social, suas formações, seus movimentos, não se deixam enquadrar em explicações baseadas em noções demasiado rígidas, nem em leis inexoráveis, nem em reducionismos dogmáticos. Dessa forma, ele deve adotar atitudes que lhe facilitem enfrentar o inesperado, as variações, a flexibilidade. Isso exige que, na sua prática profissional, como competência geral o profissional de História, tanto na pesquisa, quanto na prática pedagógica, deve mostrar-se preparado para enfrentar os desafios que o ato de ensinar impõe no cotidiano do professor, mantendo um permanente diálogo entre o saber e a intervenção dos indivíduos na produção e apropriação desse saber. Tanto no conhecimento teórico, como no exercício pedagógico, ele deve ser apto para encontrar soluções além dos princípios rígidos, das fórmulas excessivamente confiantes numa racionalidade que tudo explica. A criatividade, a abertura para responder à diversidade das situações, deve ser a marca presente na ação do pesquisador e do professor de História, que têm como objeto de estudo a sociedade humana, os seres humanos, como agentes ou como objeto do processo ensino-aprendizagem.

8.1 Competências e Habilidades do Licenciado

.Atuar no ensino de História, entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento.

.Usar o material didático em sala de aula de modo crítico e criativo, produzindo esse material, quando necessário.

.Estar habilitado a fazer uso das tecnologias audiovisuais de apoio ao processo ensino-aprendizagem.

.Introduzir na prática pedagógica os conteúdos históricos, selecionando-os e associando-os ao universo cultural no qual os alunos estão inseridos.

.Reconhecer as especificidades culturais e individuais dos estudantes, adequando a elas os conteúdos e as abordagens.

.Compreender a História como um campo de conhecimento relacionado com outras formas de conhecimento e apreensão do mundo, seja no domínio da ciência, da arte ou do senso comum.

.Atuar em atividades pedagógicas em comunidades e organizações, no âmbito da educação não formal.

8.2 Competências e Habilidades do Bacharel

.Ser capaz de elaborar um trabalho de pesquisa de natureza histórica, numa articulação coerente entre métodos, fontes e bibliografia.

.Produzir conhecimento histórico sob a forma não somente de textos, mas também de outros suportes.

.Perceber a História como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis.

.Estar habilitado para atuar na organização de museus, arquivos, no campo da memória e do patrimônio e da memória.

.Fazer uso da interdisciplinaridade, relacionando, na prática da pesquisa, quando necessário, a História ao conjunto das demais disciplinas.

.Manejar as linguagens que emergem na contemporaneidade, de acordo com seu interesse,

como técnicas de pesquisa oral, cinema e artes em geral.

.Ser capaz de lidar, no campo da pesquisa, no domínio metodológico da memória dos grupos sociais e de comunidades.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 Introdução

A estrutura curricular deste Projeto Político-Pedagógico estabelece a divisão do curso de história em duas modalidades distintas, a Licenciatura e o Bacharelado, sendo a Licenciatura oferecida nos turnos matutino e noturno e o bacharelado, apenas no matutino. Cumpre justificar essa divisão entre as duas modalidades.

O presente Projeto tem como ponto de partida a proposta curricular iniciada em 1988, no que diz respeito ao

postulado básico da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e a extensão.²⁷

A separação proposta neste Projeto Político-Pedagógico, entre Licenciatura e Bacharelado, impõe-se como uma necessidade. Imperativos sócio-profissionais indicados no Diagnóstico e a existência de maior mercado de trabalho no campo do Ensino, a separação entre as duas modalidades, conforme proposto (Licenciatura, matutino e noturno; Bacharelado, matutino) desobrigará o aluno das disciplinas sem utilidade imediata para seus propósitos.

A opção pela modalidade será feita na entrada do curso. Contudo, o aluno que tenha como meta profissional atuar exclusivamente na docência, ou, ao contrário, dedicar-se somente à pesquisa, não será impedido de complementar sua formação, posteriormente, com a segunda modalidade.

Tanto numa modalidade como noutra, a operação de produção e a socialização do conhecimento devem estar integrados. Como se pode verificar, a estrutura curricular proposta é flexível e está organizada de forma que tanto a Licenciatura contém disciplinas que permitem a experiência da pesquisa (embora sem exigir do aluno o cumprimento de

²⁷ REFORMA curricular de 1988. Natal: UFRN/Coordenação do curso de História, 1988, p. 2.

monografia formal de final de curso), como o Bacharelado permite ao aluno vivenciar a experiência com o ensino (dispensando-o dos estágios obrigatórios no ensino), sobretudo através das atividades integradas nas comunidades.

9.2 Estrutura Geral do Curso

O curso de História está organizado num ciclo inicial, que compreende aos dois primeiros períodos, comum a ambas as modalidades. No momento da entrada no curso, o aluno deve optar por uma das duas modalidades (Licenciatura ou Bacharelado), atendendo às seguintes exigências:

Licenciatura

Para fazer jus ao grau e diploma de Licenciatura em História, o aluno deverá integralizar 121 créditos, perfazendo um total de 1815 horas/aula, 210 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, 405 horas de Prática como Componente Curricular e 405 horas de Estágio Curricular Supervisionado,

num período mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 7 (sete) anos, com tempo médio de 5 anos.

Bacharelado

Para fazer jus ao grau e diploma de Bacharelado em História, o aluno deverá integralizar 140 créditos, perfazendo um total de 2100 horas/aula, 210 horas de Atividades Científico-Culturais, 315 horas de atividades de laboratório e 270 horas de estágio profissional, num período mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 7 (sete) anos, com tempo médio de 5 (cinco) anos.

ESTRUTURA CURRICULAR - LICENCIATURA

1º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0001	Introdução a História	04	60	-
HIS0002	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	60	-
HIS0006	Pré-História	04	60	-
HIS0007	História Antiga	08	120	-
2º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0005	Teoria da História	04	60	-
HIS0008	História Medieval	08	120	-
EDU0680	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	04	60	
	Complementar			
	Complementar			

3º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0004	Historiografia Brasileira	04	60	-
HIS0009	História Moderna I	04	60	-
HIS0013	História da América I	04	60	-
EDU0682	Organização da Educação Brasileira	04	60	-
	Complementar			
4º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0003	Metodologia da Pesquisa Histórica	04	60	-
HIS0010	História Moderna II	04	60	-
HIS0014	História da América II	04	60	-
HIS0015	Historia do Brasil Colônia	04	60	-
EDU0681	Fundamentos da Psicologia da Educação	04	60	EDU0680
5º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0011	História Contemporânea I	04	60	-
HIS0016	História do Brasil Imperial	04	60	-
HIS0019	Historia do Rio Grande do Norte I	04	60	-
EDU0683	Didática	04	60	EDU0680
	Complementar			
6º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0012	História Contemporânea II	04	60	-
HIS0017	História do Brasil República I	08	60	-
HIS0020	História do Rio Grande do Norte II	04	60	-
EDU0995	Estágio I	-	135	EDU0683
	Complementar			
7º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0018	História do Brasil República II	04	60	-
EDU0996	Estágio II	-	135	EDU0995
	Complementar			
	Complementar			
	Complementar			
8º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
EDU0997	Estágio III	-	135	EDU0096
	Complementar			

	Complementar			
	Complementar			

ESTRUTURA CURRICULAR - BACHARELADO

1º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0001	Introdução a História	04	60	-
HIS0002	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	60	-
HIS0006	Pré-História	04	60	-
HIS0007	História Antiga	08	120	-
2º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0005	Teoria da História	04	60	-
HIS0008	História Medieval	08	120	-
HIS0024	Memória e Patrimônio Histórico	04	60	
	Complementar			
	Complementar			
3º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0004	Historiografia Brasileira	04	60	-
HIS0009	História Moderna I	04	60	-
HIS0013	História da América I	04	60	-
HIS0025	Arquivística Histórica	04	60	-
	Complementar			
4º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0003	Metodologia da Pesquisa Histórica	04	60	-
HIS0010	História Moderna II	04	60	-
HIS0014	História da América II	04	60	-
HIS0015	Historia do Brasil Colônia	04	60	-
HIS0021	Paleografia	04	60	-
5º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0011	História Contemporânea I	04	60	-
HIS0016	História do Brasil Imperial	04	60	-

HIS0019	Historia do Rio Grande do Norte I	04	60	-
HIS0022	História Oral	04	60	-
	Complementar			
6º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0012	História Contemporânea II	04	60	-
HIS0017	História do Brasil República I	08	60	-
HIS0020	História do Rio Grande do Norte II	04	60	-
HIS0023	História Regional o Local	04	60	-
	Complementar			
7º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0018	História do Brasil República II	04	60	-
HIS0026	Pesquisa Histórica I		90	-
	Complementar			
	Complementar			
8º SEMESTRE				
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	Requisito
HIS0027	Pesquisa Histórica II		180	HIS0026
	Complementar			

9.4 Articulação entre atividades teóricas e atividades práticas

9.4.1 Licenciatura

A introdução das atividades práticas ao longo dessas disciplinas permitirá a articulação dos conteúdos com a vivência profissional do aluno, possibilitando aproximar ensino e a pesquisa.

O aluno de licenciatura deverá cursar 20 Disciplinas Obrigatórias de Formação Histórica, totalizando uma carga horária de 1320 horas ou 88 créditos. Desses 88 créditos, 75 serão dedicados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-cultural e 13, à Prática Como Componente Curricular²⁸.

As Disciplinas Obrigatórias Profissionais, terão uma carga horária de 240 horas, ou 16 créditos, divididos em atividades de sala de aula.

As Disciplinas Complementares, ofertadas a partir do segundo semestre do curso, serão 11, com uma carga horária total de 660 horas, num total de 44 créditos. Desses 44 créditos, 30 serão dedicados às de Conteúdo Curricular de Natureza Científico-Cultural e 14, às de Prática Como Componente Curricular. Estas últimas atividades poderão estender-se para atividades práticas nas comunidades, em instituições como escolas, museus (como o Museu Câmara Cascudo), Arquivo Público do Estado, entidades e associações diversas.

²⁸ Nesse item, o texto segue a nomenclatura adotada pelo Conselho Nacional de Educação, em Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que “Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.”

Os 3 Estágios Curriculares Supervisionados, totalizando 405 horas, terão lugar nas escolas ou em outros órgãos que desenvolvam atividades de ensino, dividindo-se em três etapas: na primeira, enfocará os recursos pedagógicos e objetos tecnológicos no ensino de História; no segundo, a prática pedagógica no ensino fundamental; e a terceira, no ensino médio.

Além dessa carga horária, o currículo prevê, ainda, um total de 210 horas para “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais”, onde se incluirão diversas atividades que o aluno, por livre iniciativa ou por sugestão do curso, poderá desenvolver fora de sala de aula. Essa flexibilização dará ao aluno a oportunidade de aproveitamento de expressões que traduzem habilidades e competências que um currículo formal não reconhece. Quanto aos modos de aproveitamento dessas atividades em forma de horas, caberá ao colegiado do curso, mediante competente resolução, discriminar todas essas atividades e pontuá-las em função de carga horária, definindo, ainda, os critérios que deverão ser observados para o seu aproveitamento curricular.

Como estratégia para integrar a licenciatura e o bacharelado, alunos de uma e outra modalidade cursarão as

disciplinas obrigatórias de Formação Histórica, podendo desenvolver atividades conjuntas no Núcleo de Apoio à Pesquisa e ao Ensino ou nos demais laboratórios e projetos do CCHLA.

9.4.2 Bacharelado

O Currículo da modalidade Bacharelado está composto de 20 Disciplinas Obrigatórias de Formação Histórica, integralizando 1320 horas, totalizando 88 créditos, comuns à modalidade Licenciatura. Desses 88 créditos, 75 serão desenvolvidos em sala de aula e 13, voltados para atividades de laboratório.

As Disciplinas Obrigatórias Profissionais, num total de 05, perfazendo 300 horas e 20 créditos, deverão ser desenvolvidas colocando o aluno em contato estreito com os laboratórios do curso (Laboratório de Restauração, Laboratório de Arqueologia), Museu Câmara Cascudo, Arquivo Público Estadual, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

As Disciplinas Complementares, ofertadas a partir do segundo semestre do curso, serão 08, com uma carga horária total de 480 horas, num total de 32 créditos. Desses 32, 24 créditos serão dedicados às disciplinas de Conteúdo Curricular de Natureza Científico-Cultural e 08, às atividades de laboratório. Estas últimas atividades poderão estender-se para atividades práticas nas comunidades, em instituições como escolas, museus, Arquivo Público do Estado, entidades e associações diversas.

O estágio terá 270 horas de atividades, distribuídas em Pesquisa Histórica I, onde se dará a elaboração do projeto de monografia, e em Pesquisa Histórica II será elaborada a monografia de final de curso, com orientador e examinada por uma banca composta de três professores.

As disciplinas obrigatórias profissionais, bem como as disciplinas complementares, deverão desenvolver-se em interação permanente entre a teoria e a prática. Isso poderá se dar de dois modos: ou a partir da aproximação, promovida por cada disciplina, com instituições do próprio Departamento – o Laboratório de Restauração, o Laboratório de Arqueologia, o Núcleo de Apoio à Pesquisa e ao Ensino, bem como no Núcleo de Estudos Históricos, e nas atividades editoriais do Caderno de História, e, ainda, no Museu

Câmara Cascudo, nas áreas de Museologia e Arqueologia – mas também fora Universidade. O curso deverá articular-se com instituições como o Arquivo Público, que dispõe de acervo de jornais do Rio Grande do Norte no século XX, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, e a Cúria Metropolitana, que guarda considerável acervo de jornais do século XX. Em todas essas frentes há possibilidades de atuação dos alunos, seja na organização de acervos, preparo de exposições, restauração de documentos, formação de catálogos.

Essas possibilidades de atuação dos bacharelados serão estimuladas pelo curso, na medida em que este Projeto Político-Pedagógico reserva um total de 210 horas para serem aproveitadas pelo aluno como atividades extracurriculares Acadêmico-Científico-Culturais.

10 AVALIAÇÃO

10.1 Do Projeto Político-Pedagógico

Um Projeto Político-Pedagógico que se proponha formar profissionais voltados para um mundo assinalado por

mudanças tão aceleradas e desconcertantes, sob o ponto de vista da sociedade, das técnicas e da ciência, bem como das exigências profissionais, deve estabelecer instrumentos eficientes e ágeis que lhe permita avaliar, corrigir e reorientar objetivos, metas e estratégias.

Para que ele responda com eficiência a esses desafios, esses instrumentos devem ser aplicados de forma sistemática, permanente e regular, levando-se em conta a participação do corpo docente, do corpo discente e, ainda, de alunos egressos do curso que estejam integrados ao mercado de trabalho. Um desses instrumentos, adotado pela UFRN como estratégia de avaliação institucional dos seus cursos, o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), foi utilizado como recurso auxiliar de discussão deste Projeto Político-Pedagógico na sua fase de elaboração. Posto em execução, este projeto deverá continuar lançando mão, de forma periódica, desse Programa de Avaliação.

As iniciativas de avaliação regular do presente projeto competem, em primeiro lugar, ao colegiado do Curso de História. É nesse fórum, contando com a participação de representantes do corpo docente (incluindo docentes do Departamento de Educação e docentes convidados) e do corpo discente, que se encontram as condições imediatas para

a avaliação coletiva das questões didático-pedagógicas, tais como conteúdo de ementas, programas de curso, problemas da prática pedagógica dos professores, da aprendizagem dos alunos etc.

Outra iniciativa que deverá ser adotada é a de entrevistas de sondagem com alunos egressos do curso, que já estejam atuando no mercado de trabalho. A pesquisa sistemática com esses profissionais, indagando sobre as dificuldades encontradas e as deficiências percebidas no exercício da profissão, podem fornecer ao curso de História, elementos para que se imprimam novas diretrizes e corrijam pontos deficientes.

10.2 Do processo ensino-aprendizagem

No sentido estrito, o processo de avaliação é inegavelmente uma atribuição que compete ao docente que rege cada disciplina. Contudo, em que valha a sua autonomia no processo ensino-aprendizagem e na condução da avaliação, o professor deve considerar que os graduandos sob sua responsabilidade, seja na Licenciatura seja no

Bacharelado, terão de enfrentar na sua vida profissional, permanentemente, a reflexão sobre a prática pedagógica, sobre conteúdos, metodologias, sistemas de avaliação, de modo que para ele, o aluno, será proveitoso participar de situações em que esses temas sejam postos em discussão.

Aqui, destaca-se, mais uma vez, o papel do colegiado do Curso. Atraindo para seu âmbito as discussões atinentes à ação pedagógica, incluídos aí os processos de avaliação de aprendizagem, o Colegiado deve consolidar a prática das discussões, entre os demais professores, de se apresentar e discutir, a cada semestre, programas de disciplinas, nos aspectos relacionados a conteúdo, bibliografia, metodologias de ensino e processo de avaliação.

Ele deve, do mesmo modo, promover atividades como seminários, palestras e cursos, atraindo os segmentos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, para enriquecer suas experiências a respeito de princípios da avaliação, mecanismos avaliativos adotados, seu aprimoramento ou modificação, considerando as dificuldades e os avanços dos alunos no processo de construção do conhecimento.

Reexaminar as nossas formas de avaliação é fundamental para a inteira realização dos objetivos

concebidos neste Projeto Político-Pedagógico, pois as modificações introduzidas no curso de História não se restringem a meros acréscimos de novas disciplinas, mas da adoção de modos diferentes de conceber a história, o seu ensino, e, do mesmo modo, outro perfil de aluno. O que requer, portanto, novas formas de avaliação de aprendizagem.

Uma vez que se buscará, na estrutura curricular, reconhecer e aproveitar a experiência extra-universidade do aluno, incluindo aí as atividades fora de sala de aula, no contato com a comunidade exterior à universidade, ter-se-á, então, a oportunidade de observar o desenvolvimento, no aluno, de habilidades tais como a capacidade de atuar em grupo, a abertura para lidar com situações novas, que a sala de aula geralmente não propicia. Noutras palavras, as habilidades e as competências delineadas neste Projeto Político-Pedagógico.

Não se trata mais de medir a capacidade do aluno de reter e reproduzir conteúdos, mas de verificar a que ponto ele demonstra habilidades que se expressam em competências. Esse deslocamento implica, assim, a modificação dos alvos da avaliação. A avaliação deve enfatizar a dimensão qualitativa da aprendizagem, em busca de estimular a

“aprendizagem reconstrutiva”, tomando a forma de uma avaliação que, como escreve Pedro Demo,

Não se basta com o que o aluno domina em termos de conhecimento, mas busca sobretudo salvaguardar o caminho para sua autonomia. Reconstruir conhecimento com mão própria significa, antes de mais nada essa habilidade: ser sujeito capaz de história própria. Não se quer ver apenas quanta matemática o aluno internalizou, mas o que sabe fazer na vida com ela, como o instrumenta na capacidade de interferir na realidade.²⁹

Assim, o ensino com base em competências e habilidades impõe a exigência de se rever o conceito e a prática de avaliação adotada, de modo dominante, dentro e fora da Universidade. Deve-se passar de uma avaliação exclusivamente de conteúdo, para uma avaliação das habilidades e competências desenvolvidas ou em processo de formação. Por fim, uma avaliação que acompanhe o desenrolar do processo de aprendizagem do aluno, e não apenas a avaliação final de uma atividade, unidade ou semestre letivo. O professor deve abrir-se para formas de avaliação que permitam, por um lado, uma avaliação

²⁹ DEMO, Pedro. *Mitologias da avaliação*: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 61.

progressiva e cumulativa, capaz de fornecer ao aluno a possibilidade do aprendizado a partir de seus erros, e, por outro lado, as retomadas de trajetórias, num processo assumido pelo professor a partir de métodos e instrumentos discutidos, partilhados e referendados pelo colegiado do curso.

Persuadidos da importância da adoção de mecanismos avaliativos contínuos, capazes de apreender as habilidades indispensáveis a um profissional de História, acreditamos que seja fundamental um sistema de avaliação que possua uma mínima flexibilidade para abrir-se a experiências por parte do professor, como as avaliações formativas e a auto-avaliação – avaliações que desafiam o aluno a pôr em prática seus critérios de julgamento, levando-o a assumir a responsabilidade de julgamento, estimulando seu amadurecimento profissional na prática de refletir sobre os diversos momentos do processo ensino-aprendizagem que terá de enfrentar como profissional.

Na medida em que atividades acadêmicas poderão acontecer fora da Universidade, provocando uma nova relação entre teoria e prática, o desempenho do aluno estará sendo avaliado também nos outros lugares onde se dá o exercício do processo ensino-aprendizagem, incluindo aí a

comunidade externa à Universidade. Nesse sentido, o professor responsável pela atividade, na medida do possível, deverá ouvir o grupo ou a comunidade envolvida na ação do aluno e os agentes que mediam essas atividades.

A proposta de absorver as atividades fora da sala de aula no currículo do aluno vai requerer da administração da UFRN soluções novas que exigirão das disciplinas com caráter de Extensão, no que diz respeito à incorporação de horas e créditos ao currículo do aluno. Os critérios que devem regulamentar o aproveitamento dessas atividades sob a forma de horas e créditos, serão elaborados pelo colegiado do curso.

O processo avaliativo deverá ser concebido como um exercício que envolva todas as instâncias do curso. Por isso, inclui-se a necessidade da avaliação docente por parte dos discentes. A avaliação por parte dos discentes deve ser precedida por um amadurecimento das discussões, no âmbito do colegiado, acerca dos significados da avaliação, seus critérios e os objetivos, e sua ampliação para todo o corpo discente, colocando diante do aluno essas questões relacionadas à metodologia do conhecimento histórico, à prática pedagógica e à ética, com que terá de deparar-se no exercício de sua profissão.

Finalmente, no quadro do planejamento e do acompanhamento geral das atividades, como instrumento útil de planejamento das atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico, deverá ser adotado, a cada dois semestres, pelo colegiado, um quadro do desempenho quantitativo dos alunos em cada disciplina, através das médias finais. A quantificação das médias finais, das aprovações e das reprovações, servirá de dado inicial para que o colegiado avalie aspectos importantes de cada disciplina, cotejando o desempenho dos alunos com as mudanças introduzidas no curso, identificando as dificuldades que afetam os alunos em cada disciplina, sem deixar de observar, para tanto, o peso dos vários fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, como metodologia do professor, perfil dos alunos, condições de infra-estrutura, dentre outras. A finalidade dessa avaliação deverá ser o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, a retomada de trajetórias quando necessário, o exercício cotidiano da discussão de metodologias e de nossa prática didático-pedagógica.

Atuando dentro de um propósito de fortalecer uma cultura de avaliação, necessária à universidade e ao profissional, o colegiado do curso desempenhará o papel central no acompanhamento da execução das metas

estabelecidas neste Projeto Político-Pedagógico, no que diz respeito aos objetivos do curso, ao perfil profissional e às competências e habilidades que o formando de História deve possuir para o seu exercício profissional.

11 INFRA-ESTRUTURA DO CURSO

11.1 Recursos Existentes

11.1.1 Recursos Humanos

Secretaria de Graduação (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes) - conta com sete funcionários, que trabalham por escala, nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendendo às diferentes solicitações referentes às Coordenações de curso: matrícula em disciplina, cancelamento de inscrição em disciplina, trancamento de programa e documentação acadêmica (declarações, históricos escolares etc.)

11.1.2 Recursos materiais

Salas – Matutino/Noturno

5 salas de aula no setor II, bloco A, equipadas com carteiras e quadro de giz, arejadas e iluminadas naturalmente, contando ainda com ventiladores de teto e iluminação artificial.

1 sala especial (IIC4), no setor II, Bloco C, com 60 lugares, climatizada, equipada com projetor de slides, TV e vídeo.

1 sala especial (LABRE), com 30 lugares, climatizada, equipada com projetor de slides, TV e câmeras de vídeo.

Auditórios

3 Auditórios estão disponíveis para o Curso: 2 auditórios no CCHLA, um com capacidade para 42, o outro para 72 lugares.

1 Auditório da Biblioteca Central: 143 lugares; climatizado; sistema de som; Data-show.

Sala de professores

05 salas de estudo e atendimento de alunos, localizadas no prédio do CCHLA, com mesas, armários, climatizadas e iluminadas artificialmente.

1 sala de reuniões, climatizada, equipada com mesa, computador conectado à Internet e impressora.

Coordenação do Curso

1 sala localizada no CCHLA, destinada ao coordenador e vice-coordenador do curso, climatizada e equipada com mesas, armários, arquivos, computador conectado à Internet e impressora.

11.1.3 Recursos didáticos de apoio

Núcleo de Estudos Históricos (NEH)

Criado em 1985, o NEH auxilia as pesquisas de alunos e professores, buscando despertar o interesse pelo estudo e pesquisa em História Regional, particularmente em História do Rio Grande do Norte. Possui acervo bibliográfico de mais de 7 mil volumes, nas áreas de História Geral, História da América, História do Brasil e, em especial, História do Rio Grande do Norte, além de revistas especializadas e obras de referência. Arquiva monografias de conclusão do curso de História, dissertações e teses de professores do Departamento de História.

O NEH é coordenado por um servidor da UFRN, graduado em História, com especialização em Arquivística.

Laboratório de Restauração de Documentos (LABRE)

Criado em 1988, atua na restauração de livros, jornais e outros documentos históricos, realizando também trabalhos de extensão universitária, a partir de convênios firmados com diversas instituições públicas e privadas (Arquivo Público do Estado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Diário de Natal etc.)

Treina pessoal de entidades congêneres e estudantes de História, através de cursos periódicos e estágios sobre “conservação de documentos e encadernação e restauração de livros”.

O LABRE conta com uma equipe de três professores do Departamento de História, sendo dois mestres e um especialista; um técnico em restauração e conservação de documentos; e bolsistas ligados aos projetos de extensão.

Dispõe de estrutura física e equipamentos específicos para o desenvolvimento de suas atividades.

Laboratório de Arqueologia (LARQ)

Criado em 1992, tem por objetivo o incentivo à pesquisa arqueológica e a formação de pesquisadores nessa área.

Realiza pesquisas em arqueologia pré-histórica e histórica, em diferentes áreas do estado do Rio Grande do Norte, articulando-se com diversas entidades públicas e privadas (Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, Fundação José Augusto, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, etc.). Seus projetos têm privilegiado o registro e posicionamento espacial de sítios arqueológicos, estudo da ocupação pré-histórica do litoral potiguar e o estudo do grafismo rupestre do estado.

O LARQ conta com um professor, com mestrado e alunos bolsistas e voluntários.

O LARQ dispõe de estrutura física específica e equipamentos adequados aos seus objetivos-fins.

O LARQ conta com um professor, com mestrado e alunos bolsistas e voluntários. Dispõe de estrutura física específica e equipamentos adequados aos seus objetivos-fins.

A atuação dos três órgãos de apoio didático - NEH, LABRE, LARQ - tem como ponto comum o recorte temático concentrado no espaço do Rio Grande do Norte. Atuando nas suas especificidades, eles servem de apoio ao ensino e pesquisa, no âmbito da História Regional e Local, auxiliando o trabalho do corpo docente do curso de História no

atendimento aos alunos do curso, especialmente na elaboração das monografias de final de curso, as quais enfocam, em sua maioria, a história local.

Acrescente-se que, por iniciativa do Departamento de História, publica-se uma revista intitulada *Caderno de História*, com periodicidade anual, que, embora divulgue artigos de âmbito nacional e mesmo internacional, tem inserido em todos os seus números artigos de ex-alunos, baseados em suas monografias de final de curso, em geral alunos que acabam prosseguindo seus estudos na pós-graduação. A revista possui corpo editorial, pareceristas e ISSN.

Os alunos do curso de História podem fazer uso, ainda, junto com todos os alunos do CCHLA, do Laboratório de Informática, situado numa sala do Setor de Aulas II. O laboratório possui 15 computadores conectados à Internet, para aula de computação e utilização livre por parte dos alunos.

11.2 Outros recursos didáticos necessários

Para o desenvolvimento deste Projeto Político-Pedagógico, será necessário um incremento na estrutura atualmente existente no curso, algumas outras, em equipamentos, corpo técnico e, além disso, uma política sistemática de convênios entre o curso e diversas instituições. No que diz respeito a equipamentos, torna-se necessário a formação de um **Núcleo de Apoio à Pesquisa e ao Ensino**.

Esse Núcleo servirá ao Bacharelado e à Licenciatura, nele organizando-se atividades como aulas práticas, oficinas, com a finalidade de propiciar o contato do aluno com documentos e o desenvolvimento de experiências sobre os modos de explorar esses recursos, incluindo a tecnologia de som e imagem, e sua exploração, na pesquisa e no ensino. Atenderá, ainda, à necessidade urgente de possibilitar a guarda, de modo apropriado, e sua utilização, para fins de pesquisa, do acervo oriundo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, totalizando 270 CD's, constando os documentos de todas as capitanias do Brasil, exceto o Rio de Janeiro.

Deverá contar com uma máquina leitora de

microfilmes, com coleções de microfilmes (há na Biblioteca Central da UFRN uma coleção de microfilmes de jornais do Rio Grande do Norte do início do século XX, ociosa, pela falta de uma máquina leitora apropriada para microfilmes), jornais, documentos originais, além de computador completo, com impressora e *scanner* e equipamentos de som e imagem.

No que diz respeito a pessoal técnico, o curso passa por uma necessidade urgente de contratação de pelo menos um técnico qualificado em conservação e restauração de documentos, para as atividades do Labre; um técnico em arquivística e um *video-maker* (filmagens, roteiro, edição de imagens), o primeiro para atuar nas atividades de organização de arquivo, e o segundo, para auxiliar no que diz respeito a produção de imagens e aos usos da tecnologia auxiliares da história oral.

A política de formalização de intercâmbios do curso com outras instituições prosseguirá. Deverão ser firmados, com maior frequência, projetos de natureza interdisciplinar, como os que estão sendo encaminhados atualmente, com o Arquivo Público Estadual. Ao mesmo tempo, faz-se necessário por parte da UFRN uma política clara, para dar respaldo institucional à atividade dos discentes nas escolas,

sob a forma de estágios e projetos diversos, especialmente da rede pública.

12 EMENTAS

Introdução ao Estudo da História

Evolução do conceito de História. Cientificidade e pertinência da História. História e historiografia. Categorias fundamentais: fato, documento, tempo. Interdisciplinaridade.

Métodos e Técnicas de Pesquisa

Procedimentos de estudo: leitura, análise e interpretação de textos; organização de documentação pessoal. Conhecimento científico. Etapas da pesquisa científica.

Estágio I

Conhecimento dos recursos pedagógicos e objetos tecnológicos atuais como museus, arquivos, bibliotecas, videotecas, mapotecas, laboratórios, computadores, exposições, entre outros.

Estágio II

Produção das condições pedagógicas para a prática docente. Exercício da docência em História no Ensino Fundamental, sob a forma de estágio supervisionado.

Estágio III

Prática das condições pedagógicas para a prática docente. Exercício da docência em História no Ensino Médio, sob a forma de estágio supervisionado.

Metodologia de Pesquisa Histórica

Fontes, métodos e técnicas da pesquisa histórica. Áreas do trabalho histórico: história política, história econômica, história social, história cultural, história das mentalidades. Pesquisa em história do Rio Grande do Norte: principais acervos documentais.

Historiografia Brasileira

Origem e evolução da produção do conhecimento histórico no Brasil. Visões do Brasil: autores, escolas e influência. Impasses e perspectivas contemporâneas.

Teoria da História

Natureza do conhecimento histórico. Problemática da relação sujeito-objeto na ciência histórica. Principais correntes de interpretação histórica: positivismo, materialismo histórico, presentismo, “nova história”.

PRÉ-HISTÓRIA

A pré-história humana: conceitos básicos sobre a origem e sistemas taxonômicos da evolução. Estudos sobre pré-história asiática, européia e americana: os achados arqueológicos e os estudos atuais.

História Antiga

Introdução ao estudo da Antiguidade: conceitos e historiografia. Os aspectos políticos, sociais, econômicas e culturais das sociedades orientais e ocidentais antigas. O legado das civilizações antigas.

HISTÓRIA MEDIEVAL

Formação das civilizações ocidental, bizantina e muçulmana. Os aspectos sociais, políticos, econômicas e culturais do feudalismo europeu. Transformações da Baixa Idade Média: o Renascimento Urbano e os Estados Nacionais.

História Moderna I

Transição do feudalismo ao capitalismo. A expansão ultramarina europeia. Mercantilismo e a construção do Estado Nacional. O absolutismo monárquico e a disputa pela hegemonia europeia. Renascimento e Reformas Religiosas.

História Moderna II

Revoluções Liberais na Inglaterra e evolução científica do Século XVII. Iluminismo e a formação da ideologia burguesa. A crise do absolutismo e a Revolução Francesa. Transformações econômicas e novas estruturas sociais.

História Contemporânea I

A Revolução Industrial inglesa e seus desdobramentos. As revoluções francesas do século XIX e sua influência política e ideológica. Movimentos sociais, ideológicos e culturais no século XIX: liberalismo, socialismo, nacionalismo. O Imperialismo europeu e a 1ª Guerra Mundial.

História Contemporânea II

A revolução russa de 1917. O conflito ideológico no período entre-guerras: democracia liberal, fascismo, nazismo e comunismo. A crise do capitalismo internacional nos anos 1930. A 2ª Guerra Mundial e seus desdobramentos: a “guerra fria”, a descolonização da Ásia e África. O fim do bloco soviético e a “nova ordem mundial”.

História da América I

Introdução ao estudo da História da América: fontes e historiografia. Culturais pré-colombianas: Meso-América e Zona Andina. Processos de conquista e formas de resistência. Sistemas coloniais europeus na América do Norte e América Latina.

História da América II

Os processos de independência e formação dos Estados Nacionais americanos. O Imperialismo britânico e norte-americano na América Latina. A crise da economia agro-exportadora e a “industrialização substitutiva”. Crescimento Urbano e populismo na América Latina. Desenvolvimento e dependência. Autoritarismo, ditaduras e redemocratização.

História do Brasil Colônia

O processo colonizador e a distribuição de terras. O indígena frente à colonização e a distribuição de terras. Trabalho escravo e formas de resistência. Grande lavoura e pequena produção. Ocupação do interior e a economia mineradora. Estrutura política-administrativa e poder local. Identidades e diversidades culturais. Crise do sistema colonial.

História do Brasil Império

O processo da emancipação política brasileira e a organização do Estado Nacional. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O Brasil na “Divisão Internacional do Trabalho” e a hegemonia inglesa. Cultura e a sociedade no século XIX. Crise do Império e advento da República.

História do Brasil República I

A consolidação do regime republicano. Coronelismo e oligarquias. O início do processo de industrialização: origens

das desigualdades regionais. Movimentos sociais rurais e urbanos no primeiro quartel do século XX. A crise do Estado Oligárquico e a “Revolução” de 1930. A era Vargas (1930 – 1954).

História do Brasil República II

Apogeu e crise do populismo no Brasil. Nacional-desenvolvimentismo e o golpe de 1964. Autoritarismo militar, tecno-burocracia e “milagre” brasileiro. Cultura e sociedade no século XX. Sociedade civil e a redemocratização brasileira.

História do Rio Grande do Norte I

Historiografia norte-rio-grandense. População nativa no momento da conquista. Disputa européia pelo o território norte-rio-grandense: portugueses, franceses e holandeses. O processo de interiorização e a resistência indígena. Organização administrativa e aspectos econômico-sociais da Capitania. O Rio Grande do Norte no século XIX: economia, sociedade e política.

História do Rio Grande do Norte II

O republicanismo no Rio Grande do Norte e o sistema oligárquico. A cotonicultura potiguar e a “Divisão Internacional do Trabalho”. Movimentos populares nas primeiras décadas do século XX. A rearticulação oligárquica e as resistências nos anos 30. A 2ª Guerra Mundial e as transformações sócio-culturais. Industrialização e Populismo. Política e sociedade no final do século XX.

Paleografia

Origem dos estudos paleográficos. Importância da Paleografia para o historiador. Desenvolvimento e expansão

das escritas. Estudo das abreviaturas e dos sistemas de numeração.

História Oral

Relação entre memória e História. Métodos, técnicas e tendências atuais da História Oral. Problemas e perspectivas na produção de arquivos de fontes orais no Brasil.

História Regional e Local

Conceitos: História e Religião na historiografia brasileira. História nacional/regional: novas perspectivas metodológicas. O Nordeste como espaço-objeto de pesquisa histórica.

Memória e Patrimônio Histórico

Memória e Patrimônio: história, cultura e identidade cultural. Evolução histórica do conceito de Patrimônio. Políticas públicas sobre o Patrimônio no Brasil.

Arquivística Histórica

Introdução à arquivologia: informação de arquivos. Organização e administração de arquivos. Documento como matéria-prima dos arquivos. Documentos históricos: restauração, conservação e microfilmagem. Legislação arquivística e ética profissional.

Pesquisa Histórica I

Fundamentos teóricos e metodologia da pesquisa histórica. Elaboração de um projeto de pesquisa histórica.

Pesquisa Histórica II

Execução de projeto de pesquisa histórica sob orientação de professor. Redação de monografia.

Fund. Sócio-filos. da Educação

Relações entre educação e sociedade numa perspectiva histórica, abordando as principais concepções teóricas, política educacional brasileira enfatizando as diretrizes para a última década.

Organização da Edu. Brasileira

Análise das dimensões pedagógicas e políticas dos principais normativos e legais da organização escolar brasileira, com ênfase na Educação Básica.

Fundamentos da Psic. Educacional

Principais abordagens históricas da Psicologia e suas aplicações na Educação. Conceitos básicos da Psicologia da Aprendizagem e do desenvolvimento.

Didática

Análise dos elementos necessários à organização do ensino, considerando a perspectiva histórica do seu desenvolvimento, face às tendências pedagógicas e a estrutura social brasileira. Fundamentação teórico-metodológico para a sistematização da prática docente, voltada para apropriação do conhecimento crítico.

Conservação de Documentos

Evolução de suporte da escrita e do formato do livro. Políticas de conservação de documentos para preservação da memória histórica. Métodos e técnicas de conservação de documentos. Formação de arquivos digitais.

ARQUEOLOGIA

A história da arqueologia, os enfoques teóricos e os principais métodos e técnicas utilizados. Os fatos

arqueológicos: da observação e coleta de campo ao laboratório.

Museologia

Conceito e função do Museu: origens e evolução histórica. Caracterização, classificação e história dos museus. Museologia no Brasil. Estrutura e funcionamento dos museus.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS IBÉRICOS

A evolução social, política e econômica da Península Ibérica desde o domínio muçulmano até a conquista cristã. A formação das nacionalidades ibéricas. O desenvolvimento hispano-lusitano na Modernidade: apogeu e declínio.

História da Cultura

Concepções de cultura e sua relação com a História. Construção cultural em diferentes realidades sociais, Análise e interpretação de discursos em produções textuais, iconográficas e artísticas.

História das Idéias Políticas e Sociais

A construção histórica dos conceitos fundamentais da ciência política. Correntes do pensamento político-social e suas relações com a sociedade contemporânea.

História Geral da Arte

Estudos das artes plásticas, sobretudo da pintura, da escultura e da arquitetura. Da arte Pré-histórica à Gótica: expressão da religiosidade e emoção. Da renascença ao romantismo: manifestação da racionalidade moderna. Do realismo ao abstracionismo: exteriorização da individualidade humana.

História da Arte Brasileira

Estudo das artes plásticas produzidas no Brasil, principalmente, da arquitetura, escultura e pintura. Da Pré-História ao Rococó em Minas Gerais: as formas de expressão artística anteriores à colonização e à transposição de expressões artísticas europeias para o Brasil Colônia. Do Neo-classicismo à Semana de Arte Moderna: novas tendências plásticas e a busca de uma identidade artística nacional. Contemporaneidade: novas expressões artísticas no Brasil e Rio Grande do Norte.

História da Arte Sacra Brasileira

Estudo da Artes Sacra Católica Brasileira, entre os séculos XVI e XIX. A revisão bibliográfica sobre a iconografia e a simbologia das imagens no Brasil. A religiosidade católica e a produção das imagens. A estética da imagem sacra brasileira: características, materiais, atributos e influências externas.

História Indígena no Brasil

Primeiros contatos entre indígenas e europeus (séc. XVI): alianças e guerras. A visão dos cronistas coloniais. A ação do Estado e da Igreja (séc. XVII – XVIII): escravidão, catequese e legislação colonial. Resistência indígena ao domínio colonial. Desaparecimento e “caboclicização” (séc. XIX – XX): legislação e questões territoriais. A questão indígena atual.

História Agrária

Conceito de reforma agrária: Gênese e evolução. A pesquisa em História Agrária no Brasil: fontes e métodos. Terra, trabalho e poder na historiografia brasileira. Perspectivas da pesquisa em História Agrária no Rio Grande do Norte.

HISTÓRIA URBANA

Conceito de História Urbana. A cidade: origens e desenvolvimento: características, contradições, representações e funções. A cidade antiga, medieval, moderna e contemporânea. Campo e cidade na América Latina e no Brasil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A EXTENSÃO na UFRN. Natal: UFRN/ProEx, 2002.

COLEÇÃO pedagógica n. 2. Natal: Pró-Reitoria de Graduação da UFRN, 2002.

COLEÇÃO Pedagógica n. 3. Natal: Pró-Reitoria de Graduação da UFRN, 2002.

PARECER CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001.
Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História.

RELATÓRIO de Auto-avaliação do Curso de História - UFRN.

Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira. Natal: UFRN/Pró-Reitoria de Administração, 2002.

PROPOSTA de criação de Atividade Curricular em Comunidade (ACC). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Pró-Reitoria de Extensão, 2002.

REFORMA curricular de 1988. Natal: UFRN/Coordenação do curso de História, 1988.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

RESOLUÇÃO CNE/CES 13, de 13 de março de 2002.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. 3: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.

BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. cap. 2: A operação historiográfica.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. *Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DESENVOLVIMENTO e educação na América Latina. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, v. 15, n. 42, 2001.

FERRO, Marc. *Como se cuenta la Historia a los niños em el mundo entero*. México: Fundo de Cultura Económica, 1990.

GERMANO, José Willington. Apresentação. In: *A EXTENSÃO na UFRN*. Natal: UFRN/ProEX, 2002.

HISTÓRIA UFRN, Natal, ano 1, n. 1, 1987.

<<http://www.pontoa.ufrn.br/buscadetalhadaaluno>>.

<<http://www.unicamp.br/projeto-pedagogico.html>>.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. ;NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NUNÈS, Isaura Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de (Org.). *O sentido das competências no projeto político-pedagógico*. Natal: UFRN/Pró-Reitoria de Graduação, 2002. (Coleção Pedagógica, n. 3).

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAMA, Germán W. Estilos educacionais. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Desenvolvimento e educação na América Latina*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987

RESUMO histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959-1969). Natal: Imprensa Universitária da UFRN, 1969.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, v.15, n.42, 2001.

SILVA, Marcos A da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ (Org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

PROJETO POLÍTICO -PEDAGÓGICO DE HISTÓRIA: breve relato e reflexão*

Raimundo Arrais
Coordenador do curso de História - UFRN
Doutor em História Social (USP)

*Não fosse isso e era menos
Não fosse tanto e era quase (Paulo Leminski, 1980)*

Muda o mundo, muda o curso de História

O Projeto Político-Pedagógico do curso de História da UFRN, que entrará em vigor no primeiro semestre de 2004, resultou da necessidade imposta por um conjunto de mudanças que afetam o mundo contemporâneo, na redefinição da ordem política em escala mundial, nas bases da organização da economia, nos parâmetros das ciências, que têm sido levadas ao reexame do seu lugar na relação com

* O Projeto Político-Pedagógico de História decorreu de estudos e decisões coletivas. Contudo, como se é de esperar, não houve unanimidade de opiniões sobre todos os pontos tratados aqui. Alguns dos que estão mencionados neste artigo transcendem o que foi estabelecido nesse projeto. São idéias cuja responsabilidade cabe a mim.

o mundo e nas responsabilidades que lhe cabem em relação à sociedade humana. Mudanças teóricas e mudanças nos métodos da História têm acompanhado as novas demandas que a sociedade cria para o historiador, seja na pesquisa propriamente dita, seja no ensino.

Diferente do século XIX, quando, partindo de um arcabouço científico fundado na crítica documental, os historiadores acreditavam poder reconstruir uma Verdade, engajando sua ciência na tarefa de reconstrução da memória das grandes entidades (entre elas a Nação), nos dias de hoje o historiador, como sabemos, não é mais o monopolizador da memória da sociedade. No interior da própria disciplina desencadeou-se uma operação crítica, descontínua mas persistente, voltada para o exame da metodologia e das implicações políticas do ofício do historiador. O edifício rígido do cientificismo histórico do século XIX foi sendo corroído, acompanhando as tremendas transformações que, no século XX iriam afetar todas as formas de conhecimento, colocando-as sob novos parâmetros.³⁰ Nesse quadro de

³⁰ Para uma visão rápida da disciplina no século XIX, veja-se, por exemplo, CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992, cap. 9 O século da História. A visão crítica do estado da história hoje, com o abandono dos grandes parâmetros, pode ser vista em DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

grandes unidades políticas desfeitas, utopias desacreditadas, certezas científicas relativizadas, como se situa o ofício do historiador?

Os historiadores, situados no presente, têm procurado respostas para as perguntas que irrompem da sociedade contemporânea, tanto que se tornou quase um senso comum o postulado presentista de que o historiador leva para o passado as indagações do tempo e do mundo que o cerca. A sociedade mesma tem solicitado que o historiador desempenhe sua função: é inegável o interesse que, nos últimos anos, a sociedade brasileira tem dedicado a assuntos ligados à História, o que se tem refletido numa indagação permanente sobre o passado do país, revolvendo domínios como os costumes, a política, a vida íntima, a mentalidade, a tecnologia, as instituições.

O enfoque do passado, por meio dos registros do que a sociedade deixou, continua sendo o traço que distingue o objeto do historiador. Contudo, esse trabalho sofreu grandes mudanças nas últimas décadas. Os historiadores tendem a levar em conta, cada vez mais, as situações de instabilidade, e não só da ordem, as tensões, e não só a harmonia. Do mesmo modo, vão colocando em cena os diversos grupos

sociais, ampliando seu interesse na direção dos indivíduos comuns, as diversas etnias, os grupos minoritários.

Modificou também, entre os historiadores, o modo de focalizar certos objetos que, tradicionalmente, estavam inscritos em seu campo de trabalho: o patrimônio, os bens materiais, por exemplo. Abandonando o culto ao documento e do monumento, como repositórios de uma memória do passado, que deveriam ser guardados em templos chamados museus ou institutos históricos, os historiadores passam a concebê-los como resultado de uma produção material e simbólica da sociedade.

Muitas aproximações têm sido feitas, desde pelo menos a segunda década do século XX, entre a História e as metodologias e técnicas empregadas por outras disciplinas, propiciando a formação de áreas que têm conquistado foros de cidadania plena na História, como a história oral e a história serial. Por outro lado, gêneros clássicos da historiografia, como a biografia, têm sido reabilitados, agora não obrigatoriamente dedicada à exaltação dos indivíduos excepcionais. Do mesmo modo, os historiadores têm-se dedicado à exploração de imagens (fotografia, cinema, vídeo, pinturas etc.), e ao uso da computação - tudo isso refletindo-se inclusive no ensino de História, seja na introdução de

novas experiências de pesquisa, seja no surgimento de novos materiais didáticos. Outras áreas da História foram consideravelmente reformuladas, absorvendo conceituação mais refinada, operando com técnicas novas, como a arquivística histórica, em face da informatização generalizada e das possibilidades que se abrem hoje com os arquivos públicos e privados.³¹

Da situação atual ao novo Projeto Político-Pedagógico

Essa proposta curricular, na forma final que tomou, reproduz as vicissitudes de três anos de atividade da equipe de elaboração do Projeto Político-Pedagógico e, especificamente, do colegiado do curso de História: as mudanças conjunturais ocorridas no quadro docente, a entrada de novos docentes, o retorno de outros, afastados para qualificação – cada um desses fatos novos ia levando à

³¹ Essas perspectivas da História podem ser acompanhadas através das publicações especializadas, como a Revista Brasileira de História, publicada pela Associação dos Professores de História (ANPUH), Revista Projeto História (PUC - SP), entre outras, além das publicações dos museus, arquivos públicos e instituições diversas consagradas ao trabalho com documentos. Para uma perspectiva atual dos estudos sobre museus, memória e patrimônio, ver SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

retomada de caminhos, a abertura de novas perspectivas, introduzindo, às vezes, mais trabalho pelo acréscimo de novos pontos de vista e impondo de forma salutar a revisão de assuntos que pareciam solucionados.³² As dificuldades não foram poucas: havia muitos pontos nos documentos oficiais do MEC que nos pareciam obscuros, havia indefinições na legislação, freqüentemente nos sentimos pisando em falso.

O senso de realismo que nos impusemos durante todo o tempo, no que diz respeito às condições específicas do curso de história da UFRN, exigia que tivéssemos claro, para nós, respostas à pergunta: “Por que mudar?” As respostas, encontramos num conjunto articulado de razões que implicavam em considerar a especificidade do aluno do curso de História da UFRN e as especificidades da disciplina

³² Nesse quadro, deu-se o afastamento da então coordenadora, professora Fátima Martins, para cursar pós-graduação, seguindo-se a eleição de novo coordenador. Ela comandou a fase inicial, discutindo, com o colegiado, e com a comissão específica de elaboração, escolhida no colegiado. Na segunda fase essa comissão foi constituída pelos professores Raimundo Arrais (coordenador), Aurinete Girão (vice-coordenadora), Wicliffe Costa e Almir Bueno. Fomos assessorados muito de perto, em todas as etapas, pela equipe pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação, formada, primeiramente, pelas professoras Vilma Sampaio e Heloísa Henê Marinho da Silva e, numa segunda fase, pelos professores Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva, Nostradamus Medeiros e Maria Carmosi Gomes.

História no mundo hoje. Para nós, professores, e, acredito, parte dos alunos, é impossível evitar a sensação de que alguma coisa não caminha bem. E as causas dessa situação, no nosso entender, não podem mais ser remetidas ao surrado argumento de que o nível está fraco, de que declina a cada ano a formação intelectual dos estudantes que ingressam na universidade. Esse assunto precisa ser examinado com o grau de complexidade que exige. A vivência do dia a dia em sala de aula e nos corredores, as reuniões dos docentes, nos foros de coordenadores, nas plenárias de departamento, enfim, nas diversas instâncias administrativas, não deixam dúvida de que estamos mergulhados numa rede de erros que tem contribuído muito para comprometer o desempenho do aluno: erros na estrutura curricular, erros na burocracia, erros na relação entre coordenações de curso e departamentos e, muito especialmente, erros na nossa prática docente.

A elaboração desse Projeto Político-Pedagógico foi precedido e acompanhado por duas ações, que nos ajudaram a conhecer a realidade sobre a qual desejávamos atuar. O primeiro foi a participação no Plano de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), que, em atividades de reuniões separadas com professores e alunos, e oficinas reunindo os dois segmentos, forneceu um

diagnóstico de vários aspectos do curso, identificando problemas e ouvindo sugestões. O segundo, uma série de questionários aplicados pela coordenação entre os alunos que acabavam de ingressar no curso, com a finalidade de conhecer seu perfil e suas expectativas. A partir desses diagnósticos podemos afirmar que, de algum tempo para cá, tem ocorrido alterações no perfil do aluno matriculado no curso de história. Esses questionários visaram a comparar os perfis dos alunos do turno matutino e noturno, permitindo que formulássemos conclusões sobre itens como “quem trabalha”, “onde”, e, ainda, se é professor, se não é, se atua em atividade diferente daquela para a qual está sendo formado e se deseja ser professor ou pesquisador.

Outra ação digna de nota consistiu na tentativa de retomar o conhecimento, e algum controle, por parte da coordenação do curso, dos estágios, identificando os locais, os alunos e as atividades que eles desenvolviam nesses estágios, pois na atual situação, nem todas as formas de estágio são levadas ao conhecimento do coordenador de curso.

Por fim, direcionando a atenção para aqueles que se encontram na reta final do curso, procuramos submeter a uma análise qualitativa as monografias que o aluno realiza no

último semestre do curso. No conjunto, elas revelaram os temas de interesse predominante, as abordagens, as modalidades de fontes utilizadas. A pesquisa nos levou à conclusão de que houve uma substancial melhoria da qualidade das monografias, o que decorreu de várias medidas implantadas recentemente, entre elas o estabelecimento das orientações individuais e de bancas examinadoras. Serviu também para - na medida em que evidenciou uma demanda crescente dos alunos por fontes documentais, que esbarra no estado precário dos documentos da história do Rio Grande do Norte - chamar a nossa atenção para a responsabilidade da UFRN no que diz respeito à conservação e organização dos acervos que estão sob a guarda de instituições como Arquivo Público Estadual e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Esse Projeto Político-Pedagógico separa as duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado), nos dois turnos, matutino e noturno, mantendo a oferta atual de 100 vagas no Vestibular (destinando 20 vagas para o Bacharelado e 80 para a Licenciatura). Por outro lado, praticamente permanece a carga horária do curso atual: de 2.830 horas passamos para 2.835 horas na Licenciatura e 2.580 no Bacharelado, o que equivale dizer que o tempo médio de duração do curso

permanece o mesmo do currículo atual, ou seja, dez semestres.

Ele define como objetivo a formação de profissionais para atuar, respectivamente, no campo do ensino (fundamental e médio) e da pesquisa histórica, entendendo esses dois campos segundo as perspectivas próprias do mundo contemporâneo, preparando o aluno para agir sobre uma realidade dinâmica, multifacetada, que passa a exigir uma postura aberta, interdisciplinar, consciente do fato de que o profissional deve guiar-se pelo entendimento da complexidade do mundo, dos limites do conhecimento, da necessidade do diálogo do saber científico com outros saberes. Tanto no âmbito do ensino como da pesquisa, o curso visa a propiciar ao aluno os fundamentos teóricos da História, na qualidade de campo de conhecimento específico dentro das Ciências Humanas, as técnicas necessárias à atividade de pesquisa e o conhecimento pedagógico necessário à transmissão desse conhecimento.

De rito de iniciação a curso vivenciado

A composição curricular foi alterada. Tendo em vista as novas perspectivas de campos de atuação, foram introduzidas na estrutura curricular disciplinas com a finalidade de fornecer os fundamentos teóricos e as bases metodológicas para a atuação dos profissionais: a história oral, o patrimônio, a memória, a arquivística histórica, a historiografia, a conservação de documentos. Essas disciplinas darão condições ao profissional de história de atender a essa ampliação do campo de atuação do historiador na sociedade contemporânea. Elas fornecerão fecundos instrumentos na pesquisa histórica, e, igualmente, importantes instrumentos para as experiências com o ensino de história, no ensino formal ou fora dele. Elas permitem, ainda, a articulação, por meio da extensão, com entidades, organizações e instituições diversas. Para mencionarmos um exemplo dessa possibilidade de integrar ações de pesquisa, ensino e extensão, lembraríamos os documentos dos presos políticos da ditadura, guardados nos órgãos de repressão (DOPS - Delegacia da Ordem Política e Social).

Nessa estrutura curricular aprovada o que esteve em causa, portanto, não foi, simplesmente, a substituição de umas disciplinas por outras. Nas inúmeras reuniões de colegiado, e nas ocasiões em que as discussões foram levadas para a plenária do departamento, parece ter ficado claro para a maioria dos docentes que não havia fundamentos para se defenderem direitos de precedência de uma disciplina sobre outra. Nesse ponto, cabe mencionar a indagação fundamental que atravessa esse Projeto Político-Pedagógico: afinal de contas, por que um conteúdo, por que tal ou qual ponto, seria mais relevante do que outro?

O que nos permite afirmar que é mais relevante estudar História do Brasil do que História Medieval? Ou que a abordagem econômica é mais importante que a cultural? Considerando que os professores de História têm, tradicionalmente, fora e dentro da UFRN, colocado o peso de suas disciplinas na abordagem dos conteúdos factuais, mesmo que imprimam em suas disciplinas um enfoque que designam de “crítico”, o que tem diferenciado essas disciplinas não são peculiaridades teóricas, mas o teor dos assuntos tratados em cada uma delas, os acontecimentos localizados dentro do corte cronológico, pois temos atuado a partir de uma divisão de trabalho fundada numa separação

entre campos distintos: o das disciplinas “teóricas” e o das disciplinas “práticas”. Segundo essa divisão, no caso do Bacharelado caberia às disciplinas de caráter teórico ensinar os fatos, e ensinar alguma coisa de metodologia; já as disciplinas de caráter prático deveriam levar o aluno ao exercício de pesquisa. No caso da Licenciatura se dá a mesma coisa: por um lado se colocam os conteúdos “factuais” e as disciplinas teóricas; por outro, o conteúdo “como ensinar”, trata-se de assunto, literalmente, “de outro departamento” (Mais precisamente, o Departamento de Educação).

Não se sustenta uma tal divisão. Toda aula, a rigor, deveria ser uma distribuição em que entra um pouco de todos esses componentes: deve ser uma aula do que é comumente chamado “conteúdo”, uma aula de teoria, de historiografia, de como pesquisar e de como ensinar. Não podemos fundamentar a defesa de disciplinas em função da suposta relevância dos conteúdos. Nenhum conteúdo é, em si mesmo, mais ou menos relevante e, por outro lado, não podemos creditar a confiança na formação do aluno na quantidade de conteúdo, pois a carga inesgotável de eventos sobrepuja em muito a capacidade humana de absorvê-los.

É preciso associar o conteúdo ao “como pensar” teoricamente, e ao “como fazer”, procedimento que deve ligar-se àquele princípio que tem sido chamado de “flexibilização curricular”, que percorre esse Projeto Político-Pedagógico, visível na composição das cargas horárias. Em termos de estrutura de horas-aula, se traduz no que se chama *Prática Como Componente Curricular, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Estágio Curricular Supervisionado*. Dentro de um certo número de disciplinas obrigatórias foram introduzidos créditos que devem ser ocupados, na Licenciatura, com atividades práticas associadas à experiência do ensino e a novas formas de atuação do professor de História, e, no Bacharelado, com atividades de prática de pesquisa. Desse modo, estimula-se que a aprendizagem do aluno se enriqueça com experiências desenvolvidas no contato com a profissão e, na medida do possível, em contato com a realidade fora da sala de aula, levando-o a aprender em contato permanente com a realidade sobre a qual irá atuar.

A orientação do atual currículo está fundamentada numa separação que contraria esse espírito: o bacharel absorve conteúdos durante o curso e, para a grande maioria dos alunos, somente no último semestre, realiza sua

monografia. Somente no final do curso o aluno tem a oportunidade de despertar o gosto pela pesquisa. Temos aí um final de curso penoso, angustiante e pouco proveitoso para o aluno. Se esses alunos tivessem experimentado a pesquisa e o ensino ao longo do curso, quanto entusiasmo não o teria acompanhado no seu itinerário de cinco anos de curso!

O mesmo se dá com a licenciatura. Depois de cumprir, ao longo do curso, as disciplinas teóricas, e, separadamente, as de conteúdo, o aluno vai, no último semestre, realizar seu estágio final em sala de aula. O resultado é o choque. Passado o choque, quando sucede de o aluno tomar gosto pelo ofício de ensinar, já é tarde, é hora de sair da universidade. A vocação, quando é descoberta, o é descoberta tardiamente.

A cadeia dos pré-requisitos

A atual estrutura curricular do curso de História está amarrada no sistema de pré-requisitos, do primeiro semestre até o último. Fixemo-nos no exemplo de apenas uma dessas linhas, a das histórias gerais: no primeiro semestre, o aluno

começa com História Antiga I, seguida da História Antiga II, da História Medieval I, depois História Medieval II, depois História Moderna, depois História Contemporânea I, depois, História Contemporânea II. Como vemos, 7 semestres encadeados, portanto, serão consumidas somente nessa linha das histórias gerais.

Submetemos à revisão esses pré-requisitos nas linhas de História geral e de História do Brasil e História do Rio Grande do Norte (excetuando-se as disciplinas de natureza teórica, como projeto de pesquisa e monografia de final de curso) e eliminamos todos eles, apoiando-nos em argumentos de natureza teórica, metodológica e prática.

De um lado, no âmbito das discussões teóricas travadas por historiadores hoje, nas mais fecundas pesquisas, não há nada que sustente que a explicação do presente está situada no passado. O ponto de vista de que o único, ou mesmo o grande, sustentáculo da História como disciplina é o fato de que o hoje está contida no ontem e que a explicação do ontem está contida no anteontem e assim, até o início dos tempos. Essa lógica rudimentar se expressa pedagogicamente na memorização de datas e fatos. Esse ponto de vista transmite, ainda, a idéia de que haveria uma versão objetiva, dada para todos, que só resta ao historiador extrair e

depositar nos livros, para que os estudantes assimilem. Inútil como instrumento de pesquisa, duramente criticado há décadas, ele revela, contudo, uma impressionante persistência.³³

A história narra, é verdade, mas a narrativa hoje é entendida e praticada de modo distinto do modelo do século XIX. A pesquisa histórica opera com recortes teóricos precisos e se funda em conceitos, muitos dos quais transitam por outras ciências humanas. Os historiadores lidam não apenas com a narrativa dos eventos políticos, mas examinam, numa perspectiva diacrônica, fenômenos diversos relacionados à natureza, às práticas sociais, às formas de sociabilidade, à memória, à religião.

Se, por um lado, a manutenção dos pré-requisitos não encontra fundamentos sob o ponto de vista teórico, também não se justifica por argumentos de ordem prática, pois esse sistema tem sido um dos grandes responsáveis pela retenção dos alunos no curso de História. Como no departamento de História a oferta de disciplinas é reduzida, devido a fatores

³³ A crítica a essa arraigada visão do senso comum não é nova. Para nos limitarmos a uma referência da década de 1970, veja-se CERTEAU, Michel de. A operação histórica; LE GOFF, Jacques (Org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

como encolhimento numérico do corpo docente, limitação de espaço físico, durante um semestre só é oferecida uma disciplina de cada um desses elos. Ou seja, se no primeiro semestre é oferecida a disciplina História Antiga I, no segundo será oferecida somente História Antiga II. Portanto, basta que o aluno sofra uma reprovação, ou “tranque” uma disciplina, para atrasar seu curso em dois semestres. Esse tem sido um fator que contribui consideravelmente para a retenção dos alunos no curso por um ano, às vezes mais.

Além da universidade, a vida: o aproveitamentos de atividades extra-classe

Esse Projeto Político-Pedagógico estimula o aproveitamento, nos itens *Prática Como Componente Curricular e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais*, das experiências que o aluno pode trazer em ações de fora da universidade, o que não ocorre no atual currículo. Sua validação como carga horária se dará mediante critérios definidos claramente pelo Colegiado do curso, que deverá reunir muito mais tarefas do que na atual situação.

Algumas medidas, entretanto, transcendem a capacidade do colegiado ou do curso. Os estágios, por exemplo, precisam ser dinamizados, tanto na licenciatura como no bacharelado. Deve expandir-se a relação da universidade com a sociedade, incluindo aí instituições diversas e associações, abrindo campos da atuação para os alunos, com benefícios mútuos, para a sociedade e para a universidade. É preciso que se imprimam mais agilidade nessas relações, de modo que as ações não sejam interrompidas ou não se arrastem, indefinidamente, sem resultados claros. A situação dos convênios da Universidade com a rede pública de ensino é o triste exemplo dessas dificuldades, figurando, talvez, como o ponto mais delicado das licenciaturas da UFRN. A relação entre a Universidade e as secretarias de educação, sujeitas à inúmeras dificuldades impostas pela burocracia, se nos períodos de normalidade permitem uma atividade precária dos estágios nas escolas, o que não se dirá dos períodos freqüentes em que irrompem as greves de docentes e funcionários, levando à suspensão desses estágios e fazendo prolongar-se a dificuldade de conciliar o calendário universitário com o calendário da rede pública municipal e estadual?

Mudar o currículo. Conservar as práticas?

Sabemos que as mudanças estabelecidas nesse Projeto Político-Pedagógico exigem mudança de atitudes, modificação de hábitos arraigados e fortemente protegidos pela rotina institucional e corporativa. Essa reforma curricular resultou de decisões coletivas e é compreensível que muitos de seus pontos tenham obtido aceitação fácil, enquanto outros geraram discussões mais acaloradas, uns suscitaram unanimidade, outros foram aprovados sem contar com a convicção de todos. Não podemos deixar de observar que, no decorrer das discussões, em torno de certos pontos, alguns membros do colegiado pouco se manifestaram. Algumas vezes o silêncio de um professor pode ter significado a falta de convicção, mas outras vezes pode ter significado a rejeição muda, acompanhada da esperança de que um novo currículo não traria, na prática, o desconforto de mudanças no mundo de sua sala de aula, em seus métodos de ensino, sua forma de avaliação, sua relação com os alunos.

A constatação, já antiga, se impõe: é preciso colocar em discussão nossa atuação pedagógica. No que toca ao professor, muita coisa precisa ser modificada em sua prática.

É preciso aceitar nossa prática pedagógica como algo que diz respeito ao conjunto do curso, que realizamos um planejamento em função do qual todos devem atuar, e cujo objetivo final é a formação do aluno.

Os princípios desse projeto político-pedagógico são incompatíveis com uma prática docente exercida a portas fechadas, que freqüentemente se associa a uma certa imagem de que os alunos são imaturos e que, por conseguinte, devem ser permanentemente tutelados, pois não têm capacidade de fazer escolhas, não têm discernimento para emitir julgamentos, nem participar das decisões ligadas ao curso.

Maturidade, entretanto, o aluno não recebe como um *kit* no final de curso. Ela tem de ser cultivada no cotidiano da universidade, estimulando no aluno as responsabilidades, desafiando-o a participar de discussões ligadas ao ensino, à avaliação, instigando-o a contribuir com os rumos das políticas do curso - tudo isso contribui para seu amadurecimento profissional, preparando-o para as situações profissionais que deverá enfrentar ao deixar a universidade.

Não uma fórmula, mas um mapa e uma aposta

Como se afirmou antes, essa reforma curricular consumiu muito trabalho em estudos, redação, reuniões na equipe de elaboração, em ajustes de cargas horárias. Sua concepção foi coletiva, e sua execução, do mesmo modo, precisa ter o envolvimento de todos.

E, no final de tudo, temos apenas um ponto de partida. Sua direção vai depender de como professores e alunos avançam, das direções que serão tomadas nas discussões teóricas e metodológicas, na nossa prática profissional, na política que deve nortear a prática docente. Se o Projeto Político-Pedagógico não é tudo, ele pode, com certeza, ajudar a desencadear ações, promover discussões que inspiram mudanças de atitude, não apenas em alunos, mas também nos professores. Diga-se de passagem que, ao cabo desse período de envolvimento na elaboração dessa proposta curricular, remexendo e pesando tantos elementos da nossa prática de ensino e avaliação, chegamos ao final com a sensação de que nosso problema não é somente a formação do aluno, mas a nossa própria formação de professores.

Muitos dos pontos de partida dessa reforma curricular, fixados nos documentos do MEC, nós julgamos

como necessários para enfrentar os problemas atuais da nossa graduação. Mas não esquecemos de assinalar, no próprio texto desse Projeto Político-Pedagógico, a nossa ênfase na imperiosa necessidade da contrapartida de uma política educacional, incluindo o fornecimento de recursos humanos e materiais. Por vezes não pudemos deixar de esfriar o entusiasmo de nossos planos quando nos ocorria à mente o quadro das limitações relacionadas ao pessoal, a precariedade dos laboratórios, os embaraços burocráticos que aprisionam o ato de ensinar, as dificuldades em que esbarramos quando projetamos construir uma cultura de avaliação e de auto-avaliação.

Que esse Projeto Político-Pedagógico será datado, forçosamente o será. Seria incompreensível que aqueles que estudam história e produzem conhecimento histórico desconhecessem essa marca inscrita nas coisas, nas instituições, na sociedade e no indivíduo: a mudança. Assim como a História, esse Projeto Político-Pedagógico é filho de seu tempo. Ele resultou daquilo em que acreditamos numa dada conjuntura, e partiu dos erros e problemas que conseguimos identificar. Por outro lado, ele é a materialização das melhores respostas que fomos capazes de dar a esses problemas, com base numa avaliação realista da

situação em que se encontra o curso de História da UFRN hoje, propondo mudanças que acreditamos poder assimilar. Trata-se, em conclusão, de um documento que testemunha o ponto até onde nossa esperança e nossa vontade puderam florescer, sob o peso das rotinas opressoras, num cenário de dificuldades desanimadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LE GOFF, Jacques (Org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.